

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR NO LAR
SÃO VICENTE DE PAULO: É POSSÍVEL A PROVISORIEDADE
DA MEDIDA DE PROTEÇÃO?**

ANDREIA CIMONE DA SILVEIRA

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 27/03/07


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS
2006/2

ANDREIA CIMONE DA SILVEIRA

**POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR NO LAR
SÃO VICENTE DE PAULO: É POSSÍVEL A PROVISORIEDADE
DA MEDIDA DE PROTEÇÃO?**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, Departamento de Serviço Social,
Centro Sócio-Econômico, Universidade
Federal de Santa Catarina. Orientadora:
Prof^a Dr^a Marli Palma Souza

FLORIANÓPOLIS
2006/2

ANDREIA CIMONE DA SILVEIRA

**POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR NO LAR
SÃO VICENTE DE PAULO: É POSSÍVEL A PROVISORIEDADE
DA MEDIDA DE PROTEÇÃO?**

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, março de 2007.

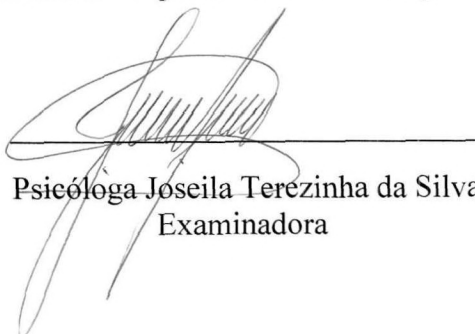
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Marli Palma Souza
Orientadora
Professora do Departamento de Serviço Social



Profª Drª Eliete Cibeles Cipriano Vaz
Examinadora
Professora do Departamento de Serviço Social



Psicóloga Joseila Terezinha da Silva
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A meu irmão e amigo Sérgio, pela ajuda emocional e material... um irmão amigo... ou um amigo irmão... ou um anjo...

À minha irmã Adriana, pela amizade... pelas orações... sinto que não são poucas...

À minha mãe, que me gerou...

Ao meu pai, pelo apoio e esforços já no passado para eu “permanecer” no curso... Tenho ansiado tanto dividir com ele as “luzes” da formatura...

Ao “Seu Pacheco”, meu outro pai querido e protetor!

À minha sobrinha Rebecca por me auxiliar nos momentos finais... minha “companheirona”...

À minha verdadeira e ímpar amiga Sandra Gonçalves Amorim... uma amiga irmã... ou irmã amiga... outro anjo na minha vida... minha dívida é eterna!

À minha amiga Valéria Medeiros, companheira de curso e amiga sempre! Ahh... aqueles relatórios sociais elaborados juntas... Agradeço pela atenção cuidadosa, pelo “ouvido” amigo e por já ter dividido comigo suas quimeras profissionais... Obrigada mesmo! Você é um exemplo de pessoa verdadeira!

À minha amiga Regina Martin Cunha Lima, pela amizade incondicional, exemplo de dignidade e, também, pelas orações...

À minha amiga Lidiane Costa, pela amizade e exemplo de perseverança...

À assistente social e orientadora de campo Elisabete Teresinha Galvão, que se tornou referencial para mim como profissional e como pessoa humana, comprometida com os usuários e com o projeto ético-político da profissão. Obrigada pelo voto de confiança e apoio imensurável, sem os quais não conseguiria escrever sobre este tema. Obrigada sempre!

À psicóloga Joseila Teresinha da Silva, pelo apoio, quando iniciei no estágio; pelas oportunidades de aprendizado, quando me permitiu que eu a acompanhasse nas reuniões de grupo de mães e pais; pelos incentivos, quando fiquei e precisou partir... Foi uma honra te conhecer!

À psicóloga Deborah Riggenbach, que posteriormente dividiu as intervenções no grupo comigo. Obrigada pela cumplicidade, pela competência, pela gentileza e boa-vontade.

À minha orientadora, Professora Dr^a Marli Palma Souza, pela paciência, gentileza, competência, humildade, e segurança... enquanto me orientava na construção deste trabalho.

“... Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado. Mas essa que vejo na rua sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida, essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto. Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é o princípio sem fim e o seu fim é o fim de todos nós”. (Herbert de Souza)

“Nunca antes o mundo foi tão injusto na repartição do pão e dos peixes, mas o sistema que rege o mundo, e que agora é pudorosamente chamado de economia de mercado, mergulha cada dia num banho de impunidade. O código moral deste fim de século não condena a injustiça, mas o fracasso”.
(Eduardo Galeano)

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade contribuir para a discussão acerca das possibilidades de retorno da criança institucionalizada à família de origem, uma vez que o afastamento da criança de seu ambiente familiar traz prejuízos emocionais para o infante e viola o seu direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Num contexto social marcado pela exclusão e retração do Estado da esfera social, as famílias empobrecidas não têm encontrado recursos materiais e emocionais para proteger seus membros em condição peculiar de desenvolvimento, em especial, as crianças, resultando, muitas vezes, numa intervenção tardia do Estado – a aplicação da medida de proteção abrigo em entidade, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Diante da atribuição do abrigo de preservar os vínculos e cumprir as determinações do Estatuto de serem recursos provisórios, este trabalho, também, socializará uma proposta de intervenção desenvolvida junto às famílias cujos filhos foram submetidos à medida protetiva no Lar São Vicente de Paulo, explicitando o relevante papel das redes sociais de apoio no processo de desabrigamento. Considerando a necessidade de uma intervenção com enfoque mais sócio-terapêutico, devido ao sofrimento familiar e da criança – consequência do rompimento dos vínculos afetivos – as ações sócio-terapêuticas orientaram estas intervenções. Porém, em alguns momentos, no sentido de socializar informações, as ações adquiriram um caráter sócio-educativo na perspectiva da cidadania e dos direitos destes usuários.

Palavras-chave: famílias, abrigo, redes de apoio, ações sócio-terapêuticas; ações sócio-educativas.

*Dedico este trabalho à minha família e
às crianças do Lar São Vicente de Paulo.*

LISTA DE SIGLAS

ABTH Associação Brasileira Terra dos Homens

CAPS-AD Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras Drogas

CF Constituição Federal

CRETA Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

IDES Irmandade do Divino Espírito Santo

LOAS Lei Orgânica da Assistência

POASF Programa de Apoio e Orientação Sócio-familiar

SANPS Serviço de Atenção as Necessidades Psicossociais

TAC Termo de Ajustamento de Conduta

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados das famílias participantes das reuniões de grupo de mães e pais	46
Tabela 2 - Continuação dos dados	46

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	10
2 FAMÍLIAS, CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS E REDES	13
2.1 A Realidade das Famílias Pobres no Brasil	13
2.2 O Direito à Convivência Familiar e Comunitária	23
2.3 As Redes Sociais de Apoio	30
3 POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO JUNTO ÀS FAMÍLIAS DE ORIGEM	38
3.1 Contexto Institucional - Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES/Promenor)	38
3.1.1 O Serviço Social no Abrigo Lar São Vicente de Paulo	40
3.2 O Projeto Reintegração Familiar	41
3.3 O Grupo de Mães e Pais no Contexto do Projeto Reintegração Familiar	42
3.3.1 Composição do Grupo	45
3.3.2 Síntese das Trajetórias Sócio-Familiares dos Membros do Grupo	47
3.4 Descrição, Análise e Avaliação das Ações Sócio-Terapêuticas e Sócio-Educativas.....	52
3.4.1 Reunião nº 03	53
3.4.2 Reunião nº 05	55
3.4.3 Reunião nº 14	57
3.4.4 Reunião nº 15.....	60
3.4.5 Reunião nº 19.....	62
3.4.6 Reunião nº 22.....	65
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	76
ANEXO A - Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	77
ANEXO B - Que diferença faz a estação	83
ANEXO C - A Vida	84
ANEXO D – Sequóia	85

1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso traz para a discussão as possibilidades de retorno da criança institucionalizada ao ambiente familiar de origem, em particular no abrigo Lar São Vicente de Paulo, diante da urgente necessidade de efetivação do direito à convivência familiar e comunitária, que fica violado quando da aplicação da medida de proteção.

A realidade das famílias pobres brasileiras tem sido marcada pela exclusão social e distanciamento do Estado em cumprir sua função de provedor social.

Numa sociedade tão desigual e na ausência ou insuficiência de políticas públicas, a família empobrecida não tem encontrado respostas para os desafios que lhes são postos. E esta, desprotegida socialmente, fica sem condições de cuidar de suas crianças.

A medida de proteção abrigo em entidade vem sendo bastante usada para proteger estas crianças em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, porém, as tem privado do viver em família.

A motivação para o desenvolvimento deste tema partiu da experiência de estágio vivenciada na entidade de abrigo, no período de maio de 2006 a fevereiro de 2007.

Neste estudo utilizou-se como metodologia, inicialmente, a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar os estudos sobre a situação das famílias pobres brasileiras, sobre a convivência familiar e comunitária e sobre as redes de apoio. Ancorada nesse referencial teórico, sistematizou-se a experiência de um grupo de mães e pais desenvolvido junto às famílias das crianças abrigadas, no contexto do Projeto Reintegração Familiar, implementado na instituição campo de estágio e que se constituiu numa experiência pioneira no sentido de buscar alternativas de intervenção que possam agilizar a permanência no abrigo.

Este trabalho está organizada em dois capítulos.

O primeiro contextualiza a realidade das famílias empobrecidas no Brasil, pontuando os determinantes que excluem essas famílias de desfrutar de seus direitos sociais básicos e da proteção do Estado, garantidos constitucionalmente.

Nesse mesmo item, discorre-se sobre a exigibilidade do direito à convivência familiar e comunitária da criança submetida à medida de proteção abrigo, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente, chamando atenção para o paradoxo do caráter da medida - provisório e excepcional, como determina esta legislação. A função do abrigo,

enquanto medida protetiva, também será debatida. Para dar fim a este bloco, se definirá o que são as redes sociais de apoio às famílias com filhos institucionalizados.

No segundo capítulo serão apresentadas as possibilidades de intervenção junto às famílias de origem. Primeiramente é contextualizada a instituição onde se desenvolveram as intervenções, seguindo-se uma explanação sobre as relevantes ações profissionais exercidas pelo assistente social na entidade de abrigo, mencionando sua participação decisória nos processos judiciais na área da infância e da juventude.

Dando continuidade a este capítulo, apresenta-se, em síntese, o Projeto Reintegração Familiar executado pela estagiária de Serviço Social na entidade, sob a orientação da assistente social.

Na sequência atenta-se por falar sobre o Grupo de Mães e Pais das crianças que moram no Lar São Vicente de Paulo, que utilizou como ferramenta para as intervenções as ações sócio-terapêuticas e as ações sócio-educativas. Para um maior entendimento, é apresentada uma teorização sobre o trabalho grupal e as ações sócio-assistenciais que compõem o processo de trabalho do assistente social, e que orientaram as intervenções.

Finalizando este trabalho conclusivo de curso, foram descritas e analisadas as ações desenvolvidas por meio das reuniões de grupo junto às famílias biológicas, no contexto do Projeto Reintegração Familiar, objetivando demonstrar a fragilização da criança e da família decorrente do momento do romper dos vínculos familiares, que se transformam em demandas psicossociais, as quais devem ser supridas para o fortalecimento do núcleo familiar e para ampliação das possibilidades de uma futura reintegração familiar.

Ao término da experiência de estágio e desta produção teórica, a estagiária de Serviço Social pôde constatar que as reuniões de grupo podem ser traduzidas como uma importante ferramenta de trabalho para as intervenções das entidades de abrigo, tendo como foco, entre os seus princípios e atribuições, a manutenção do vínculo entre a criança e a família e o esgotamento dos recursos de manutenção do infante na sua família original, para efetivação do seu direito primordial à convivência familiar e comunitária.

É importante dizer que este trabalho não teve a pretensão de encerrar as discussões acerca deste tema, nem de se esgotar a investigação de outras formas de intervir junto ao núcleo familiar para o seu fortalecimento, priorizando, assim, antes de tudo, a criança.

A intenção foi mostrar que é possível, mesmo diante das dificuldades e limitações da entidade de abrigo, e da realidade de exclusão histórica das famílias empobrecidas, criar-se estratégias de intervenção para se abreviar o período de sofrimento e de permanência da

criança no abrigo, privilegiando sua condição de sujeito de direitos dotado de prioridade absoluta.

2 FAMÍLIAS, CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS E REDES

2.1 A Realidade das Famílias Pobres no Brasil

As mudanças sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas repercutiram na esfera familiar, produzindo significativas alterações, modificando o cenário social, no qual se inserem as famílias pobres brasileiras.

A família brasileira nos últimos anos tem sofrido acelerado processo de empobrecimento, “[...] alterando profundamente sua estrutura, seu sistema de relações, papéis e formas de reprodução social” e “[...] lançando ainda no subemprego, ou desemprego, grandes contingentes de chefes de família”. (CARVALHO, 1995, p. 13)

Desde os anos 1980, seguindo o ideário neoliberal da Europa e Estados Unidos, a sociedade e a família deveriam, juntamente com o Estado, assumir a responsabilidade pela proteção social.

[...] Com isso, o Estado vem abrindo mão de seu protagonismo como provedor social, tornando cada vez mais focalizadas as políticas sociais públicas, enquanto o mercado ocupa-se em privilegiar o bem-estar ocupacional que protege apenas quem tem emprego estável e bem remunerado. Daí a presença marcante de uma *dualização* na prática das políticas sociais contemporâneas”. (PEREIRA, 2002b, p. 39)

O neoliberalismo econômico redefiniu o papel regulador do Estado. Este fato repercutiu no âmbito da produção e do trabalho capitalista e, conseqüentemente, no sistema de proteção social. O período neoliberal “foi o período da história da proteção social brasileira que mais enfaticamente incorporou as determinações externas de mudanças econômicas e políticas” (PEREIRA, 2002a, p. 159). Segundo Alencar (2004, p. 61) acontece a “redefinição do papel regulador do Estado nas estratégias de reprodução dos trabalhadores urbanos e suas famílias”.

Ancorada na tese de que este novo cenário não comportava mais a excessiva presença do Estado, a ideologia neoliberal em ascensão passou, cada vez mais, a avaliar políticas de ingerência privada. Isso teve como resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta. (PEREIRA, 2002a, p. 159)

Pereira (2002b, p. 38) ressaltam que

Não admira, pois, que o crescimento da pobreza e da desigualdade social, nos últimos vinte anos, tenha sido uma das conseqüências mais sérias do modo neoliberal de regular a economia e a sociedade. Tal fenômeno foi determinado, sobretudo, pela diminuição da oferta de empregos, acompanhada das desigualdades de salários, como resultado da desregulamentação do mercado de trabalho [...].

A exclusão social das famílias pobres no Brasil se aprofunda com a desregulamentação do Estado havendo, dessa forma, uma redução do papel do Estado no âmbito da proteção social. A família, despolitizada das questões referentes à reprodução social, é vítima de um sistema econômico injusto que transfere a ela a responsabilidade de se autogerir, num movimento que Alencar (2004, p. 62) define como a “privatização da vida social brasileira”.

[...] A persistência da família como elemento central para a vida dos indivíduos justifica-se diante da despolitização das questões afetas à reprodução social dos trabalhadores, percebida muito mais como questão de ordem privada do que pública, numa tendência de privatização da vida social brasileira. Diante da tendência de despolitização de dimensões significativas da vida social, é no âmbito da família que homens, mulheres, jovens e crianças podem vislumbrar alguma possibilidade de inserção social (ALENCAR, 2004, p. 62).

De acordo com Telles (1992 *apud* ALENCAR, 2004) os indivíduos tentam suprir uma rede de proteção social fragilizada através do ingresso no mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento de pequenas atividades informais e de diversas práticas de solidariedade, dentre outras estratégias.

Para Alencar (2004, p. 62) a família na sociedade capitalista tem seu papel definido, historicamente, como unidade de renda e consumo:

É nesse espaço que se definem e se articulam as formas de participação no mercado de trabalho, as possibilidades de se auferir alguma renda e as decisões quanto ao acesso a bens... [...] Daí, sua centralidade está ratificada para a compreensão de certos processos sociais e econômicos, que gravitam em torno da esfera da produção e da reprodução, reconstituindo uma unidade histórica que, no campo analítico, por vezes é esquecida.

Ferrari e Kaloustian (1994 *apud* KALOUSTIAN, 1994, p. 12) destacam que “é consenso que a situação de vulnerabilidade das famílias encontra-se diretamente associada à sua situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda do país. [...]”.

No entanto, Neder (2000, p. 43) observa que não se deve pontuar tão somente a pobreza como centro “das mazelas que levam às dificuldades na manutenção dos vínculos familiares” colocando no centro do argumento a determinação econômica. A autora discorre

sobre as dificuldades de ordem política e ideológica que passou, e que passam as famílias das classes populares.

Destarte, seja na estrutura atual, com a moderna sociedade industrializada, seja em outro período histórico, as famílias das classes populares têm encontrado dificuldades (evidentemente que também de ordem econômica – não se descarta este argumento) mas, sobretudo, de ordem política e ideológica. Política, pela resistência que tem de empreender contra o autoritarismo e a perversidade do sistema. Ideológica, uma vez que as diferenças étnico-culturais que embasam as diversas formas de organização familiar não são respeitadas. (NEDER, 2000, p. 43)

Para constatar essa afirmação, Neder (2000, p. 43) lembra que jornais do final do século XIX, da cidade de Salvador e Rio de Janeiro, traziam em seus textos reclamações de comerciantes:

[...] Revelam uma insatisfação com os moleques negrinhos que perambulavam pelas ruas, prejudicando a freguesia e as vendas; reclamam também de suas mães, mulheres relaxadas, descuidadas que parem muitos filhos e os largam no mundo sem o devido cuidado.

Atualmente são diversas as situações de precariedade social.

[...] Se o desemprego, o trabalho desqualificado e as remunerações insuficientes estruturam o cenário potencial de precariedade de vida, é na família que essas condições adquirem materialidade e são transformadas, delineando o modo como as situações adversas, relacionadas à pobreza, se inscrevem no cotidiano familiar. (ALENCAR, 2004, p. 63)

Na década de 1980 as discussões giravam em torno da mobilização democrática, participação da sociedade civil e o empobrecimento dos trabalhadores e suas famílias. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social são definidas como componentes do sistema de Seguridade Social, estabelecendo a cidadania como direito universal, estendendo os direitos a toda a população, independentemente do vínculo com o mercado formal de trabalho. Mas, devido aos efeitos da crise econômica, no início da década de 1990, não foram implementadas reformas institucionais relevantes nos sistemas de proteção social.

No final do ano de 1993 é aprovada a Lei Orgânica de Assistência – LOAS, adiada por cinco anos, desde a Constituição Federal de 1988. A LOAS determina como objetivo da política de assistência social a proteção à família. Ela torna-se alvo de programas sociais, configurando-se como “unidade de intervenção” (ALENCAR, 2004, p. 63):

[...] Na última década a família tornou-se o elemento central da intervenção das políticas de assistência social. Sobre isto, é importante lembrar que a LOAS considera como objetivo a proteção à família, e a determina como

um dos focos de atenção da política de assistência social. Em suma, a proteção à família se tornou uma estratégia a ser considerada pela política de assistência social, enquanto alvo privilegiado dos programas sociais, e é nesse sentido que se tem a articulação de alguns programas, de garantia de renda mínima por exemplo, que toma a família como unidade de intervenção.

Mas, segundo Pereira (2004, p. 27) “não há propriamente uma política de família em muitos países capitalistas centrais – e muito menos nos periféricos, como o Brasil”; diferente de alguns outros países, como a Alemanha e a França, que além de ter um padrão de política familiar, tem, inclusive, um Ministério da Família. A autora utiliza-se de “Hantraus e Letablier (apud Pahl, 1999:60)” para conceituar política como “um conjunto de ações deliberadas, coerentes e confiáveis, assumidas pelos poderes públicos como dever de cidadania, para produzir impactos positivos sobre os recursos e a estrutura da família”.

Os governos brasileiros sempre procuraram transferir para a unidade familiar a provisão do bem-estar de seus membros. Seguindo essa lógica as políticas sociais brasileiras traduzem o relacionamento do Estado com as famílias empobrecidas: a esfera governamental exige da esfera familiar autoproteção. Alencar ressalta que

[...] no quadro de crise econômica e da evidente retração do Estado da esfera social, ressurgem os discursos de revalorização da família que, fundamentados numa concepção ideológica de cunho conservador, promovem e disseminam a proposição de que a família é a grande responsável por prover as necessidades dos indivíduos. (ALENCAR, 2004, p. 63)

Desta forma, as questões de ordem pública passam a ser resolvidas na esfera privada, como afirma Alencar (2004, p. 63):

Na ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas. Dessa forma, as mais diversas situações de precariedade social, desemprego, doença, velhice, encaradas como dramas da esfera privada, tenderam a ser solucionadas na família, como responsabilidade de seus membros.

Mas, a família nem sempre consegue se autogerir:

[...] No Brasil, a família sempre funcionou como anteparo social, diante do vazio institucional de políticas públicas que assegurassem a reprodução social [...] Cumpre, pois, refletir se a família, no atual contexto da sociedade brasileira, tem condições efetivas para funcionar como anteparo social. (ALENCAR, 2004, p. 64)

Sem o acesso aos direitos sociais¹ garantidos em lei, homens, mulheres, jovens e crianças são destituídos do trabalho e da cidadania, ficando desprotegidos socialmente, à margem dos direitos sociais garantidos pelo Estado. Segundo Alencar (2004, p. 77) “as diversas situações de desigualdade no mercado têm implicações diferentes para homens, mulheres, jovens e crianças, dado que a condição de sexo, idade e posição na família definem a trajetória ocupacional”.

Mioto (1997, p. 121) expõe que “é importante pontuar que a capacidade de cuidados e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos [...]”.

Devido às alterações na organização e dinâmica familiar e à grave crise econômica do país, observa-se uma fragilidade da família para exercer seu papel no âmbito da reprodução social, deixando de dar conta das necessidades materiais e sociais de seus membros, não encontrando refúgio para as situações de exclusão (ALENCAR, 2004). Desta forma, os pobres enfrentam crises múltiplas em meio à pobreza, às drogas, às difíceis condições de vida, moradia, à falta de saneamento básico, saúde deficiente, numa lógica da destituição e privação de direitos, num contexto social marcado pela exclusão e retração do Estado da esfera social.

Pereira (2002a p. 164) constata a ausência de qualquer reforma substantiva no campo social:

[...] Fragmentação e pulverização de recursos; forte redução do gasto social Federal; desarticulação das redes de serviços sociais, particularmente no campo da assistência social [...]; retorno do clientelismo e do fisiologismo; corrupção; esvaziamento do projeto do SUS; represamento da concessão de benefícios previdenciários [...]; falta de apoio governamental à descentralização das políticas públicas; ausência de acompanhamento e controle oficiais de execução física e financeira de políticas sociais, como a educação, habitação, assistência social, etc.; centralização das decisões na esfera federal.

Nos anos seguintes às legislações (CF/1988 e LOAS/1993), o Estado, por não assumir o papel de provedor social, configurou a assistência como benesse, como ajuda àqueles que “comprovassem” situação extrema de pobreza, ficando distante do seu caráter como direito de todos e dever do Estado.

[...] A política de assistência deve ter uma vinculação inequívoca com os direitos de cidadania social, visando concretizá-los no que lhe couber.

¹ Os direitos sociais são: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. (Constituição Federal de 1988, artigo 6º).

Concretizar direitos sociais significa prestar à população, como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é devido, em respostas às suas necessidades sociais. Sendo assim, o direito a ser concretizado pela política de assistência social afigura-se ao mesmo tempo como um *dever de prestação* por parte do Estado e um *direito de crédito*, por parte da população, àquilo que lhe é essencial para garantir a sua qualidade de vida e o pleno exercício de sua cidadania. (PEREIRA, 2002a, p. 187)

No governo de Fernando Henrique Cardoso, nos dois mandatos (1995-2002), o aumento da pobreza era o retrato de um Estado subserviente aos interesses neoliberais, onde não havia “políticas de satisfação de necessidades sociais básicas, por se entender, tal como reza o credo liberal, que as pessoas devem se autoproteger mediante o trabalho, apesar de o governo não implementar políticas de melhoria da qualidade e da quantidade de postos de trabalho”. (PEREIRA, 2002a, p. 176)

Na era FHC

[...] O Brasil assistiu não só a destruição de um legado de conquistas institucionais, econômicas e sociais, construído entre os anos 30 e 80, mas também a flagrantes demonstrações de idiossincrasia governamental com os trabalhadores e com os mais pobres. Trata-se, evidentemente, de um governo anti-social, que, ao aderir à ala mais fundamentalista do neoliberalismo, não se preocupou sequer em garantir o mínimo de proteção social, admitido até mesmo por Hayek (o pai do neoliberalismo ortodoxo), em caso de pobreza crítica. (PEREIRA, 2002a, p. 178)

Referente ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Sader (2007) afirma que o primeiro mandato foi um misto de continuidade e de mudança. Uma das coisas que se manteve no governo foi o congelamento de recursos para as políticas sociais; como aspecto positivo o autor cita a política educacional, que breou a privatária do governo anterior, fortalecendo o ensino público, tanto nas universidades públicas quanto no ensino básico e médio.

Sobre o segundo mandato de Lula, o referido autor observa:

Do segundo governo Lula depende o futuro da esquerda e do Brasil por um longo período. A vitória eleitoral de 2002 foi o resultado de um longo processo de lutas e de acumulação de forças de cerca de um quarto de século por parte do movimento popular, primeiro para terminar com a ditadura, em seguida para eleger pelo voto direto o presidente da República, depois pela resistência às políticas neoliberais.

De acordo com Mendes e Matos (2004, p. 257):

Vivemos consecutivos governos que buscaram fragilizar a mobilização dos trabalhadores, não efetivaram políticas sociais públicas, apelaram para uma ideologia da solidariedade interclasse, para uma criminalização da questão social, tendo como ponto central a busca incessante de desresponsabilização do Estado para com o social.

A comprovação das consequências pelo abandono e omissão do Estado na esfera social, durante décadas, é representada por 33% da população que vive em situação de miserabilidade e tem renda mensal abaixo de R\$ 79,00 (AGÊNCIA BRASIL, 2004), excluída socialmente de participar da reprodução social, à mercê de uma assistência social deficiente, paliativa, fragmentada, assistencialista, tutelar e focalizada na pobreza extrema.

[...] O contexto de forte pressão neoliberal para o ajustamento fiscal subordinou a reorientação dos gastos sociais aos objetivos macroeconômicos, notadamente os de estabilização e de natureza fiscal. Priorizaram-se os programas focalizados, os fundos sociais de emergência e os programas sociais compensatórios voltados para o atendimento dos grupos pobres e vulneráveis [...]. (ALENCAR, 2004, p. 74)

A ampliação de programas sociais assistencialistas e o aprofundamento de tendências históricas de privatização do sistema de proteção social somam-se hoje às novas formas de gestão pública das políticas sociais: a descentralização e municipalização das ações, que muitas vezes, tem levado ao “estilhaçamento dos programas”. (ALENCAR, 2004, p. 74)

Mioto (2000, p. 219) complementa esse pensamento:

Existe uma cultura prevalentemente assistencialista no âmbito das políticas e dos serviços destinados às famílias. As ações públicas estão concentradas sobre famílias que faliram no provimento de condições de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de suas crianças e adolescentes. A falência é entendida como resultado da incapacidade das próprias famílias. Portanto, as ações que lhes são destinadas têm o objetivo de torná-las aptas para que elas voltem a cumprir seu papel sem comprometer a estabilidade social.

Ferrari e Kaloustian (1944 *apud* KALOUSTIAN, 1994, p. 13) chamam atenção ao dizer que

Não se poderia deixar de referir os aspectos econômico-financeiros para viabilizar políticas dirigidas às famílias. Na realidade, quando esta deixa de cumprir suas funções básicas junto a seus membros, acaba gerando custos sociais e financeiros adicionais, na medida em que iniciativas públicas e privadas compensatórias, que nem sempre são eficazes, tornam-se necessárias para cobrir demandas dali originadas.

Segundo Pereira (2002a) a focalização radical dos gastos e da cobertura no campo das políticas sociais deixa, também, no abandono, expressivas parcelas da população que, embora pobres, não se enquadram na definição “oficial” de pobreza, sendo assim privadas do direito à assistência, pois fogem do padrão focalizador e excludente da pobreza extrema. A mesma autora afirma que priorizar políticas sociais focalizadas reproduz a pobreza extrema.

[...] Como é óbvio, tais parcelas desassistidas têm descambado para a

pauperização geradora de uma espiral crescente e diversificada de descapacitações, aumentando, assim, o esboço da miséria no Brasil. Daí por que as políticas sociais focalizadas, além de se transformarem em “armadilha da pobreza”, expressam uma crassa irracionalidade governamental (PEREIRA, 2002a, p. 179).

Mesmo com a diminuição de gastos governamentais com as políticas sociais – exigência da teoria neoliberal para justificar os cortes com as despesas, pois estas são empecilho para o desenvolvimento da economia – as taxas de crescimento econômico foram inferiores aos anos anteriores ao sistema neoliberal, constatando-se um aumento da desigualdade e exclusão social (PEREIRA, 2002b). “[...] As formas de regulação neoliberais não produziram efeitos satisfatórios. Com exceção da redução da inflação, todas as suas metas apresentaram índices negativos, se comparados com as políticas Keynesianas dos anos 1960” (PEREIRA, 2002b, p. 39).

Perry Anderson (1995 *apud* PEREIRA, 2002b, p. 39) diz que, “economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado, mas, socialmente, conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não desestatizadas como desejava”.

Nesse crescente quadro de pobreza, os impactos são sofridos pela família, as crianças e os jovens, vítimas, historicamente, de uma aliança perversa entre Estado e mercado.

De acordo com Carvalho (2000, p. 96):

Vive-se no Brasil hoje um verdadeiro *apartheid social* entre ricos e pobres. Não se percebe, mas este “apartheid” é notório, especialmente nas regiões metropolitanas, onde a maioria da população vive confinada em cortiços, favelas e casas precárias das periferias, excluída não apenas do acesso a bens e serviços, mas também do usufruto da própria cidade.

Sarti (1996, p. 13), corroborando a opinião da autora, acentua os efeitos da pobreza sobre a família:

[...] O pobre urbano é afetado pelo desemprego e a diminuição do valor real dos salários, com a conseqüente diminuição da renda familiar – o que obriga a incorporação de mães e filhos à força de trabalho em momentos não desejados, sacrificando os cuidados maternos e contrariando, assim, valores que lhes são caros, além das constantes ameaças de violência que pairam sobre seu cotidiano.

Quando empregados homens e mulheres desenvolvem atividades precarizadas, trabalho que resulta em rendimentos insatisfatórios para suprir as necessidades básicas, e configura-se, geralmente, em trabalho informal, sem vínculo empregatício e descontínuo (CARVALHO, 1995).

“A convivência familiar entre os pobres é garantida a duras penas como estratégia indispensável à sobrevivência material e afetiva. A família nuclear é quase subsumida pela família ampla, formada por contrerrâneos” (CARVALHO, 2000, p. 96).

Alencar (2004, p. 64) indica alterações recentes na organização e dinâmica familiares: diminuição de seu tamanho, diversificação dos arranjos familiares, e inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho. “Essas mudanças atingem e modificam os tradicionais mecanismos de solidariedade familiar, acarretando uma interação limitada e precária entre os poucos membros da família” (ALENCAR, 2004, p. 64).

Acrescentando, Silva, Melo e Aquino (2004, p. 213) expressam:

[...] Fatores como as mudanças no ideário feminino [...] e a crise econômica, iniciada nos anos 80, resultaram [...] na diminuição do tamanho das famílias e na diversificação dos arranjos que se observam hoje no país, destacando-se o aumento do número de famílias monoparentais, das famílias compostas pelos cônjuges e filhos de casamentos anteriores, de famílias compostas por membros de várias gerações, dos domicílios multifamiliares (com várias famílias) e das unidades individuais.

O número reduzido de cômodos construídos na casa, às vezes com um único quarto, face às limitações financeiras, são insuficientes para abrigar todos os membros da família ampliada, resultando em ausência de privacidade e a co-habitação com a promiscuidade (Carvalho, 2000).

Segundo Carvalho a “coletivização” forçada, juntamente com o desgaste físico provocado pelo trabalho em casa ou trabalho remunerado,

Acumula-se na monotonia do próprio viver, na rotina de um cotidiano sem novidades. Esse modo de viver da família urbana empobrecida é extremamente estressante. [...] Trabalham em ocupações manuais, rotineiras, porque, em geral, não possuem qualificação profissional. No lar, as mesmas atividades manuais se repetem (cozinha, limpeza, conserto de maquinários e equipamento da casa). Não há, no geral, “férias” ou cortes de cenários na rotina destas famílias (CARVALHO, 1995, p. 15).

Este estresse leva a uma violência dentro e fora do ambiente familiar. Devido a essa realidade, segundo Carvalho (1995, p. 15), deve-se ter “um novo olhar sobre os chamados maus-tratos provocados em suas crianças”. Segue dizendo que, em geral, enfatizam “os altos índices de maus-tratos produzidos pela família, culpando-a de tudo e por tudo. Não se aprofunda sobre essa paisagem de violência e maus-tratos sofridos cotidianamente pela família: a violência doméstica precisa ser melhor compreendida”.

Mioto (1997, p. 121):

[...] Sem dúvida nenhuma, as famílias brasileiras, especialmente as de

camadas populares, estão sendo severamente pressionadas pela política econômica do governo. Em vez de tal política assegurar condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) de sustentação das famílias, ela vem desencadeando situações (migrações, desemprego, ausência de serviços públicos) que são fontes geradoras de estresse familiar.

“A situação das famílias é caracterizada por problemas sociais de natureza diversa, tais como atentados freqüentes aos direitos humanos, exploração e abuso, barreiras econômicas, sociais e culturais ao desenvolvimento integral de seus membros [...]” (FERRARI E KALOUSTIAN 1994 *apud* KALOUSTIAN (org.), 1994, p. 12). Seguindo essa mesma lógica, Carvalho (1995, p. 16) afirma que “os maiores abandonados são hoje as próprias famílias, e não suas resultantes [...]”.

Compactuando com essa idéia, Gueiros e Oliveira (2005, p. 119) observam:

A perversidade dessa dinâmica na qual os sujeitos não têm acesso a trabalho e tampouco a políticas públicas que lhe assegurem os mínimos de cidadania, redonda, muitas vezes, na negligência/abandono de crianças – pois os próprios pais também estão negligenciados e abandonados [...].

Para Ferrari e Kaloustian (1994 *apud* KALOUSTIAN (org.), 1994, p. 13) por detrás da criança excluída da escola, explorada no trabalho infantil, vivendo em favelas e em situação de risco, está a família desassistida pela política governamental. Eles afirmam que:

Quando esta existe, é inadequada, pois não corresponde às suas necessidades e demandas para oferecer o suporte básico para que a família cumpra, de forma integral, suas funções enquanto principal agente de socialização dos seus membros, crianças e adolescentes principalmente. Objetivamente, o nível de bem-estar infantil se manifesta de forma precisa, podendo ser medido e percebido através das condições gerais de sobrevivência, consumo de alimentos e grau de nutrição, nível de educação e respeito dos seus direitos humanos básicos, entre os quais o de manter um vínculo estável com a família.

Mioto (2000, p. 220) destaca:

[...] Os problemas que se apresentam ao longo da história das famílias estão relacionados prioritariamente com a impossibilidade de elas articularem respostas compatíveis com os desafios que lhes são colocados. Assim, a proposição de cuidados a serem dirigidos às famílias deve partir do princípio de que elas não são apenas espaços de *cuidados* mas, principalmente, *espaços a serem cuidados*.

A omissão do Estado em cuidar desses espaços viola o direito da família a ser atendida em suas necessidades básicas e em seus direitos sociais, garantidos em lei.

A família desprotegida socialmente e não atendida em suas necessidades não

consegue proteger seus membros, principalmente aqueles em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento – crianças e adolescentes.

Ao violar direitos da família, garantidos constitucionalmente, o Estado compromete a funcionalidade do núcleo familiar e, conseqüentemente, este recorre a serviços oficiais de assistência, ou é submetido à proteção tardia do Estado, como o abrigamento de crianças em instituições de abrigo, violadas em seu direito à convivência familiar e comunitária. Essa discussão é objeto de estudo no próximo item.

2.2 O Direito à Convivência Familiar e Comunitária

O abrigo é uma das oito medidas de proteção especial a crianças e adolescentes, prevista no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Lei nº 8069/90, artigo 101, inciso VII, e representa uma ruptura com a tradição baseada na desproteção, abandono, isolamento e confinamento de crianças e adolescentes.

A medida “Abrigo em entidade” é aplicada pelos órgãos competentes – Juizado da Infância e da Juventude e Conselho Tutelar – quando direitos reconhecidos em lei, pertinentes à criança, forem violados ou ameaçados (Estatuto, artigo 98):

I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; [...].

Esta medida visa proteger a criança que se encontra em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. De acordo com o texto do Estatuto, a medida deve ser aplicada somente na ausência de outras alternativas de proteção, devendo a criança permanecer no abrigo por um curto período de tempo, de forma a contemplar a brevidade desta política de atendimento institucional.

Porém, a institucionalização em abrigo, de caráter provisório e excepcional (Estatuto, artigo 101 Parágrafo Único) tem-se, paradoxalmente, configurado como uma das medidas mais utilizadas (SOUZA, 2006, p. 140), privando a criança justamente de um dos seus direitos mais fundamentais: o direito à convivência familiar e comunitária.

Indevidamente, e violando direitos consagrados no ECA, a medida protetiva de abrigo em entidade, originalmente de caráter provisório e excepcional, vem sendo aplicada de maneira indiscriminada no Brasil, o que nos obriga a gestar políticas públicas voltadas a essas famílias e programas especiais de apoio sócio-familiar para sustentar uma política de

preservação de vínculos. (MIRANDA 2004 *apud* SILVA, 2004, p. 12)

Segundo Carvalho (1993, p. 23):

O abrigo é [...] uma alternativa de moradia provisória dentro de um clima residencial. [...] É importante entender que o abrigo é idealmente uma medida provisória de proteção que pressupõe um contínuo empenho no restabelecimento para a criança, da possibilidade da vida familiar e da construção de seu projeto de vida.

A fragilidade das famílias que possuem filhos submetidos ao atendimento em abrigos tem se configurado como um empecilho para o cumprimento da provisoriedade da medida protetiva. Segundo Souza (2006, p. 140) a provisoriedade da medida de abrigo é desafiante porque

Em geral, quando ocorre a institucionalização da criança, ou quando as famílias passam a merecer atenção do Estado, a vulnerabilização da família, pelo acúmulo de carências e problemas, é de tal ordem que o retorno da criança ao lar, apresenta-se como uma perspectiva distante.

Quanto à aplicação do caráter excepcional, Souza (2006, p. 158) diz: “a excepcionalidade, devido à violação de direitos, mascara a pobreza subjacente, o abandono ou o atendimento paliativo dos serviços públicos em relação às famílias”.

De acordo com o Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes, realizado em 2004 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, os motivos relacionados à pobreza aparecem como determinantes para institucionalizar crianças no Brasil. Não obstante, o estudo, também, afirma que não existe “causalidade linear” entre pobreza e violência, embora:

[...] As condições de pobreza podem potencializar fatores geradores de violência e de violação de direitos preexistentes, [...] a maioria das crianças e adolescentes nos abrigos é vítima da violência estrutural. Portanto, tratar da prevenção ao abandono e à institucionalização é falar das políticas de atenção às famílias, majoritariamente às famílias pobres (SILVA, MELLO e AQUINO, 2004, p. 215).

A violência vivenciada no cotidiano das famílias brasileiras das camadas populares é referenciada por Azevedo e Guerra (1997 *apud* SILVA, 2004, p. 44) como produto da desigualdade social e da pobreza, que resultam, entre outras coisas, na “produção social de crianças vitimizadas”. Os autores denominam a vulnerabilidade que permeia suas vidas em *vitimação* de crianças:

A questão principal que consolida o argumento da vitimação é seu caráter

desencadeador da agressão física ou sexual contra crianças, tendo em conta que a cronificação da pobreza da família contribui para a precarização e deterioração de suas relações afetivas e parentais. Nesse sentido, [...] problemas econômicos acabam gerando situações estressantes que, direta ou indiretamente, acarretam danos ao desenvolvimento infantil (AZEVEDO E GUERRA 1997 *apud* SILVA, 2004).

A esse respeito, Silva (2004) faz uma ressalva ao dizer que a pobreza é insuficiente para explicar todas as formas de manifestação da violência no âmbito da família. No entanto, cita Faleiros (2004 *apud* SILVA, 2004, p. 46), que retorna ao argumento:

[...] Não é possível dissociar o padrão de convivência familiar das questões mais amplas de frustração, humilhação, redução dos direitos sociais e privação causadas pelo desemprego e pela diminuição do papel do Estado na garantia da sobrevivência das famílias por meio da provisão de políticas sociais.

Para finalizar a discussão, Silva (2004, p. 46) diz:

A pobreza, ao aumentar a vulnerabilidade social das famílias, pode potencializar outros fatores de risco, contribuindo para que crianças e adolescentes mais pobres tenham mais chances de ver incluídos na sua trajetória de vida episódios de abandono, violência e negligência. A condição socioeconômica precária das famílias, ao impor maiores dificuldades para a sobrevivência digna do grupo familiar, funcionaria como um elemento agravante e desencadeador de outros fatores de risco preexistentes.

Diante do exposto, aplicar o princípio da excepcionalidade e viabilizar a provisoriedade prevista na lei constituem hoje um desafio. Para Santos (1993 *apud* CARVALHO (Coord.), 1993, p. 21) “a transitoriedade, a convivência familiar e comunitária são os principais desafios do atendimento em abrigos”.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/CONANDA (SILVA, 2004) a duração da institucionalização tem sido de 2 a 5 anos para 32,9% de todos os abrigamentos no Brasil.

As pesquisas, também, mostram que 86,7% de crianças e adolescentes que vivem em abrigo no Brasil possuem família e 58,2% mantém vínculos afetivos. Esse dado “demonstra que a institucionalização se mantém, ainda, como caminho utilizado indiscriminadamente e, muitas vezes, considerado como o único possível para a proteção infanto-juvenil”. (SILVA, MELLO e AQUINO, 2004, p. 218).

Conforme dados de 2003, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no estado existem 957 crianças abrigadas em 78 instituições e programas. Mais de 23% delas estão nestes locais há mais de três anos. Em Florianópolis são 119 crianças em seis instituições,

45% do total de infantes estão nos abrigos há mais de três anos.

Na cidade de Florianópolis (TJSC/2003) do total de crianças abrigadas, 32% recebem visitas semanais da família; 23% recebem uma ou duas visitas por mês; 11% recebem uma ou duas visitas por ano.

A importância da preservação do direito à convivência familiar e comunitária é pontuada no Estatuto, quando este estabelece que, na aplicação de uma das medidas de proteção à criança vitimizada, deve-se priorizar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (Estatuto, artigo 100).

No entanto, o número de infantes vivendo em abrigos e que têm família e vínculos afetivos cresce substancialmente, segundo a Associação Brasileira Terra dos Homens - ABTH (2002, p. 53):

[...] São os chamados “órfãos de pais vivos” [...]. Um dos motivos que tem justificado tal crescimento é o empobrecimento de uma parcela da população, que não encontra nos serviços públicos respostas para sua multiproblematização [...].

Rizzini (1996 *apud* ALVES, 2000, p. 150) acrescenta: “ao contrário do que convenientemente se manteve por muito tempo, essas crianças não são órfãos. [...] São, antes, vítimas de um sistema injusto, que lhes nega o básico e lhes condena ao descaso, ao abandono e à orfandade de sua cidadania”.

Souza (2006, p. 140) assinala que o crescimento do número de abrigos (para atender a medida de proteção) é “[...] devido provavelmente a um ranço institucionalizante das políticas anteriores e a escassez de outras políticas e programas [...]”.

Gueiros e Oliveira (2005, p. 119) declaram que as enormes desigualdades sociais e o desemprego crescente incidem na situação econômica das famílias, deixando-as sem condições mínimas para prover à sua sobrevivência:

[...] Conseqüentemente, afeta sobremaneira a inserção social dessa população, o que certamente traz transtornos importantes à convivência familiar e dificulta a permanência da criança em sua família de origem, caso não contem com políticas sociais que garantam o acesso a bens e serviços indispensáveis à cidadania.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 226 “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, porém as ações governamentais têm sido insuficientes para proteger o núcleo familiar.

Becker (1994, p. 61) atesta que a família empobrecida precisa receber proteção do Estado para o “adequado exercício de suas funções”.

Entretanto, a realidade dos abrigamentos mostra a ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar. Segundo Cabral (2003):

[...] O governo precisa criar um projeto que mude a visão assistencialista, que acredite que os pais são capazes de educar os seus filhos melhor do que qualquer instituição e que dê oportunidades e condições para que isto aconteça.

A autora segue dizendo que é preciso dar assistência aos pais tanto na área psicológica, quanto social e econômica. “Eles precisam receber acompanhamento psicológico, instrumentos para que consigam solucionar os seus problemas e uma renda mínima durante o período de reorganização da vida familiar” (CABRAL, 2003).

Vale ressaltar que, para o retorno da criança ao ambiente familiar, a família precisa receber apoio do Estado para a resolução do problema que provocou o abrigamento.

Mas, o que se tem presenciado é que “[...] a sociedade brasileira em matéria de assistência social, tem sido historicamente marcada pela ênfase na esfera privada e no recuo das funções públicas do Estado [...]” (SALES, 2004, p. 221). Souza (2006, p. 154) complementa ao afirmar que a institucionalização de crianças “assume característica de política de assistência social fazendo frente à insuficiência de políticas de emprego, habitação, educação e saúde”.

Sales (2004, p. 211) atesta que, embora a *proteção integral e prioridade absoluta*, expressa nos normativos legais, como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade,

Crianças e adolescentes consistem [...] num dos segmentos sociais que mais exprimem o estado da cidadania e do tratamento dos direitos humanos no Brasil hoje. São alvo de uma *violência social*. (Minayo, 1994) [...]. Encontram-se, então, em estado de risco social as novas gerações, pessoas em *desenvolvimento*, que não possuem autonomia e capacidade de auto-sustento.

A omissão também é um atentado aos direitos fundamentais da criança, como expresso no artigo 5º do Estatuto: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Um dos marcos na legislação para a infância e juventude, o Estatuto, é reconhecer a criança como sujeito de direitos. Entretanto, as condições atuais da infância no Brasil têm negado às crianças sua condição de sujeitos de direitos. “O montante de crianças e adolescentes até 17 anos que vivem em condição de pobreza, ou seja, que fazem parte de famílias com renda *per capita* de até ½ SM é de 21,1 milhões; 34,4% do número de jovens

de todo o país" (IBGE 2002 *apud* SALES, 2004, p. 211).

Iamamoto ressalta (2004, p. 265):

[...] Um dos desafios é atribuir *visibilidade e transparência a esses sujeitos de direito*: o seu modo de vida, cultura, padrões de sociabilidade, dilemas de identidade, suas necessidades, [...] seus sonhos, e esperanças, afirmando o direito de ser criança para aqueles que vivem a experiência de uma infância negada [...] O desenraizamento pessoal e social a que são submetidos nega a sua condição de sujeito de direitos [...].

O enraizamento implica:

[...] O estreitamento dos laços de convívio familiar, vizinhança, de grupos de amizade; a efetiva participação na vida coletiva, o reconhecimento das expressões culturais e das identidades, entre outras dimensões. Enfim, requer considerar as relações sociais que moldam um tipo de socialização, investindo no combate a todo tipo de preconceitos, violências e desigualdades impeditivas da afirmação da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos. (IAMAMOTO, 2004, p. 265)

Segundo Mendez (1993 *apud* CARVALHO (Coord.), 1993, p. 9) crianças abandonadas e pobres vivem no chamado “[...] *processo de triangulação: casa rua instituição*”. Neste ‘vai e vem’ os vínculos familiares perdem o seu significado e estas crianças e adolescentes descolam totalmente das suas primeiras raízes: a família e a comunidade”.

Sales (2002 *apud* IAMAMOTO, 2004, p. 265) salienta “a importância da família como um espaço de socialização, proteção, reprodução e formação dos indivíduos. [...] A fragilidade dos laços familiares atinge importantes raízes da vida dos indivíduos sociais”.

Carreirão (2004, p. 307) lembra:

Ainda que protegida por um programa de abrigo, a criança e o adolescente ainda estão com um direito violado – o da convivência familiar e comunitária. Por mais que o programa tenha uma formulação aproximada a uma família, ainda assim ela não é a de origem [...]

A ausência de um atendimento individual familiar traz sofrimentos e prejuízos emocionais para a criança institucionalizada. De acordo com a Associação Brasileira Terra dos Homens - ABTH (2002, p. 6) “o núcleo familiar é o espaço mais indicado para o desenvolvimento físico, psicológico e social da criança e do adolescente, proporcionando-lhes as condições necessárias para a construção de sua identidade”.

Silva, Mello e Aquino (2004, p. 211) acrescentam:

A família é “o aporte afetivo fundamental para o desenvolvimento infanto-juvenil e para a saúde mental dos indivíduos; a absorção de valores éticos e de conduta; bem como a introdução das crianças na cultura da sociedade em que estão inseridas”.

Becker (1994, p. 60) também enfatiza a necessidade do convívio familiar para os indivíduos:

A psicologia demonstra a importância das relações afetivas para a obtenção da saúde mental e as ciências sociais indicam que a presença de adultos confiáveis e o exercício da autoridade são indispensáveis para assegurar o convívio democrático entre os homens e mulheres na sociedade.

A convivência junto à família, além de ser essencial para o pleno vigor de qualquer ser humano, é um direito do infante, como pontua o ECA, Art. 19:

Toda criança ou adulto tem direito a ser criado e educado no seio da sua família [...].

Para Silva, Mello e Aquino (2004, p. 215) "[...] é preciso considerar a prioridade a ser dada à manutenção da criança ou adolescente no arranjo familiar de origem, seja ele qual for, evitando-se a separação e tudo o que isso implica [...]".

No tocante às crianças institucionalizadas, Becker (1994, p. 62) enfatiza: “muito há que fazer, no sentido de garantir o direito à convivência familiar e comunitária no seio da família natural, antes de considerar a hipótese da família substituta”. (No artigo 92 do Estatuto, a lei outorga a colocação em família substituta na condição de excepcionalidade.)

Diante da urgente necessidade de efetivação do direito fundamental da criança – a convivência familiar, violado enquanto esta permanece institucionalizada – surge à indagação: qual é o tempo necessário para a família se reorganizar e tornar-se apta a receber os filhos de volta ao seu convívio em condições de segurança?

Em estudo realizado sobre a situação dos abrigos na cidade de São Paulo (Souza, 2006, p. 150) verificou-se que em 57% dos abrigos, pertencentes à Secretaria Municipal de Assistência (SAS), prevaleceu o período de dois anos para o tempo de abrigamento do infante, “o que para a equipe de pesquisadores aproxima-se da idéia de provisoriedade”. Justificam essa observação porque consideram ser o período “necessário para um trabalho competente e articulado por parte do abrigo embora, essa regra deva ser flexível em função das particularidades da situação”.

No entanto, desconhecem-se outros estudos pertinentes a este assunto.

Quanto à manutenção dos vínculos familiares, utilizando a pesquisa, Souza (2006, p. 150) expõe: “a manutenção dos vínculos e o preparo das famílias para o retorno familiar revelaram-se problemáticos para o grupo de pesquisadores que entendeu que a falta de apoio especializado para o trabalho com famílias, dentro ou fora do abrigo, concorre para essa

dificuldade”.

A instituição de abrigo tem uma função importante durante o período de abrigamento, enquanto a justiça não define se a família perde ou não o poder familiar, e havendo possibilidade de retorno à família natural: desenvolver trabalho de apoio a estas famílias fragilizadas, visando a sua reorganização para promover a reintegração familiar.

O artigo 92 do Estatuto (Inciso I) atribui às entidades (governamentais e não-governamentais) que executam o programa de abrigo a preservação dos vínculos familiares. Para isso, a instituição deve, através de profissionais habilitados, intervir junto às famílias.

O artigo 129, da mesma legislação, estabelece outras medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis:

I – encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;

II – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV – encaminhamento a cursos ou programas de orientação [...].

Para haver uma intervenção junto à família, o abrigo, os programas oficiais de apoio sócio-familiar e outros órgãos de atendimento devem trabalhar e funcionar de maneira conectada - interligada, de modo a constituir uma rede de relacionamentos e interações, de mobilização e articulação, ou seja, uma rede de apoio, que se constitui o tema do assunto seguinte.

2.3 As Redes Sociais de Apoio

Os abrigos são recursos provisórios. Sendo assim, devem ter como compromisso a desinstitucionalização de crianças. Sua função ultrapassa executar a medida de proteção à criança vitimizada. Outra relevante atribuição da instituição de abrigo é desenvolver trabalho com as famílias biológicas e, juntamente com uma rede social de apoio, intervir na dinâmica familiar de forma a reorganizá-la, para justificar o retorno da criança ao ambiente de origem.

A legislação estabelece o caráter provisório do abrigamento, que deve se dar até que a família tenha condições de educar seus filhos. Nessa perspectiva, os abrigos não podem ser modelados como os antigos orfanatos [...] As relações com a família, o avizinhamento e o uso dos serviços sociais da comunidade são elementos necessários ao paradigma da proteção

integral contida na lei. [...] O abrigo passa a ser um serviço de integração da criança na família e na sociedade. (REORDENAMENTO DE ABRIGOS INFANTO JUVENIS DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2004, p. 20).

A condição fragilizada do núcleo familiar, como consequência de uma exclusão social histórica, já discutida neste trabalho, torna as famílias inaptas para solucionar o problema que resultou na aplicação da medida de proteção, ficando a mesma sem condições de se auto gerir. Desta forma, o trabalho em rede faz-se imprescindível para a resolução do conflito e para a contemplação de direitos prioritários ao desenvolvimento da criança, como o direito à convivência familiar e comunitária.

O artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente delega a preservação dos vínculos familiares às entidades que desenvolvem programas de abrigo. Assim como prevêem o funcionamento de programas de atendimentos à família, “[...] geralmente denominados, de orientação e apoio sócio-familiar [...] e tem como objetivo fundamental garantir o direito da convivência familiar e comunitária” (MIOTO, 2001, p. 93).

São linhas de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, o Programa Sentinela e o Programa Sócio-Familiar (POASF), que se articulam com outras ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios (ECA, artigo 86).

Diferentes autores definem o que é trabalhar em rede. Para Lima (2006, p. 42):

“A rede social abrange um conjunto de pessoas ou instituições que oferecem suporte à família ou indivíduos, seja pela troca de bens materiais, serviço e ajuda mútua ou pelo oferecimento de serviços para atender a necessidade do grupo familiar.”

A referida autora (2006, p. 43) cita a existência de dois tipos de rede. A rede social primária, “a qual abarca as relações estabelecidas entre parentes, vizinhos e amigos (pautadas nos laços de parentesco ou em vínculos morais) e a rede social secundária [...]”, caracterizada

[...] pelas relações mantidas pelas famílias com instituições e/ou lugares que executam um determinado tipo de tarefa ou função para a sociedade, quer sejam públicas ou privadas [...]. São os serviços de educação, saúde, igrejas, clubes sociais, etc. que executam funções para o bem-estar da população.

Carvalho (1997) nomeia a rede de apoio familiar como essencial à sobrevivência e existência das famílias urbanas que vivem em situação de pobreza e discriminação. A autora diz que nestas redes sociais cujos membros possuem em comum a carência, a consangüinidade e a terra natal, há uma troca permanente de serviços e apoio.

Para a Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH) fazem parte das redes de apoio sócio-familiar a rede intrafamiliar, a rede intra-institucional e a rede comunitária, devendo estas estar “ligadas umas às outras, influenciando-se diretamente e estabelecendo conexões e padrões de interação. A articulação é a base do trabalho social com famílias. A cooperação entre profissionais e instituições é fundamental para o sucesso da ação” (ABTH, 2002, p. 40).

Martins (2004 *apud* LIMA, 2006, p. 41) denomina as redes em redes sócio-humanas, formadas por redes de parentesco, fortemente associadas à questão da obrigação moral entre seus membros; redes sócio-técnicas, compostas pelas organizações formais; e as redes sócio-institucionais, constituídas a partir da parceria entre as agências governamentais e não governamentais.

Por meio dos conceitos apresentados tem-se uma visão mais ampla da indispensável presença de sujeitos, instituições e o Estado para a sobrevivência e manutenção de significativas parcelas da população, que se encontram em situação de vulnerabilidade, vítimas de uma exclusão social consentida pelo próprio Estado ao se abster de sua função como principal provedor social.

Baptista (2002, p. 112) diz que esses diferentes sujeitos, instituições e o Estado devem intervir, de modo a dar a atenção devida a crianças e as suas famílias, pois “a organização familiar atua como ressonância, vítima e reprodutora de todo esse sistema e cultura”.

Segundo Miotto (2000, p. 221) “os cuidados sociais às famílias e segmentos sociais vulneráveis prevêm propostas e ações em vários níveis que estejam em contínua comunicação, para que possam ser atendidas as reais demandas dessa população”.

Carvalho, Barros e Franco (2002, p. 252) explicitam:

A vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos que ela requer para satisfazer suas necessidades básicas, relativamente ao que seria requerido por uma família padrão. A presença, por exemplo, de gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos aumenta sua vulnerabilidade, na medida em que o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades básicas é maior.

Na impossibilidade de prover suas necessidades básicas a família expressa sinais de sofrimento que “se manifestam através de seus membros (quando apresentam dependências químicas, alcoolismo, doenças mentais e físicas, depressão), através das relações destrutivas que se estabelecem nas famílias (por exemplo, violência) [...]”. (MIOTO, 2000, p. 223)

No processo de abrigamento, o sofrimento advém pelo rompimento dos vínculos afetivos, que implica prejuízos emocionais para a criança, por afastá-la e privá-la do convívio com a família, violando seu direito à convivência familiar e comunitária, tão fundamental para o seu desenvolvimento e também para os demais membros da família, pelo afastamento da criança do ambiente familiar.

Nesta direção, Aquino (2004, p. 331) pontua:

O grande desafio que se coloca para a rede de proteção é o de promover uma intervenção psicossocial eficaz sobre as crianças e adolescentes abrigados, bem como sobre suas famílias, de modo a abreviar o período de afastamento e permitir o retorno desses meninos e meninas para seus lares em condições de segurança [...].

Sawaia (2002, p. 45) assinala que as ações sociais com famílias pobres devem “eleger o valor afeto [...] Isto significa olhar a família que sofre e não a família de risco ou a família incapaz”, tendo em vista que esse sofrimento é ético-político, forçado pela condição social, portanto, evitável.

Sawaia (2002, p. 45) define:

[...] Sofrimento ético-político, que é a dor (físico-emocional) evitável do ponto de vista social, pois é infligida pelas leis racionais da sociedade a sujeitos que ocupam determinadas posições sociais. Falamos do sofrimento que a sociedade impõe a alguns de seus membros, da ordem da injustiça, do preconceito e da falta de dignidade.

Exemplificando, a autora menciona “o sofrimento da indignação moral, que pode manifestar-se seja como desamparo, violência contra familiares e alcoolismo, na intimidade, seja como passividade ou rebelião e criminalidade, na vida pública”. (SAWAIA, 2002, 46).

« Miotto (2000, p. 223) ressalta que essas famílias que não encontram soluções ou respostas adequadas para resolver seus problemas são “rotuladas” de famílias desestruturadas:

“[...] Muito se fala do que elas não fazem. Muito pouco se diz dos recursos (materiais, sociais, afetivos) que são disponibilizados para se manterem vivas; muito pouco se diz das estratégias utilizadas para responderem às demandas que lhes são impostas”.

Além disso, não se referencia o desmedido sofrimento que perpassa suas vidas, na busca por estratégias de sobrevivência. A esse respeito Souza (2006, p. 58) adverte:

“A excepcionalidade e a provisoriedade requerem estudos mais aprofundados para que deixem de centrar-se apenas nas condições das famílias e do abrigo e explicitem seu profundo enraizamento sócio-estrutural”.

Neste sentido, Carvalho (1995, p. 14) discorre que, no atual “[...] contexto de pobreza generalizada, vai se gestando uma sociedade de consumo de massa pobre e desigual, cujo impacto sobre a família e sobre as crianças e jovens ainda não foi avaliado suficientemente”.

Mioto (2000, p. 223) destaca, ainda, quem são estas famílias:

[...] que freqüentam grande parte das instituições e serviços sociais (judiciário, saúde, assistência social), e sobre elas é que tem recaído grande parte da intolerância social. Deste ponto de vista, é que as expressões de mal-estar das famílias na sua maioria continuam sendo tratadas apenas como casos de família.

A família precisa ser compreendida a partir do contexto social em que está inserida. Isso já serve de justificativa para a erradicação de idéias discriminatórias e para uma mudança no tratamento dado a famílias que possuem filhos institucionalizados. Como expõe Oliveira (2004, p. 374) “as crianças não podem ser vistas isoladamente, sem a preocupação de conhecer de perto a família e a comunidade de origem [...]”.

Referente aos artigos 90 e 94 do Estatuto, onde constam os princípios e obrigações a serem observados pelas entidades de atendimento à criança e ao adolescente, Carreirão (2004, p. 306) observa que

[...] Não basta que princípios e obrigações estejam nos estatutos das instituições, em seus regimentos internos, pois além de dar o rumo às instituições, os princípios dizem respeito, sobretudo, às propostas de ação que deverão permear cada intervenção com cada criança e adolescente, sua família de origem, ou na busca por família substituta.

Segundo Carreirão (2004, p. 308):

É atribuição das entidades (tanto governamentais como não-governamentais) que executam o programa de abrigo a preservação dos vínculos familiares e, para tal, deverá a instituição efetivar formas as mais variadas, seja facilitando e aproveitando as visitas de parentes para estudos e intervenções, seja no acompanhamento regular dos processos judiciais e na emissão de dados estatísticos para o CMDCA, de forma que se possa elaborar projetos que atendam aos direitos desses sujeitos.

É importante que o abrigo desenvolva estratégias de utilização da rede pública de atendimento que, ao mesmo tempo em que exerce controle sobre sua qualidade, democratiza seu acesso.

Souza (2006, p. 158) diz:

“A articulação com a rede pública de atendimento evita que o abrigo se transforme em gueto instituindo serviços próprios e precários e dota o abrigo de uma cultura pública dando visibilidade as suas ações e sujeitando-o a controles públicos.”

Utilizando um estudo realizado no Abrigo Casa Lar, localizado na cidade de Florianópolis, já mencionado no capítulo anterior, onde Souza (2006) cita o caso de duas crianças que permaneceram no abrigo por um período inferior a dois anos, a autora coloca como determinante o trabalho realizado em rede:

“Nesses dois casos, o Programa Sócio-Familiar e o Programa Acorde (especializados em violência) articularam-se tornando possível o retorno ao lar, sugerindo que a intervenção em rede é mais eficaz” (SOUZA, 2006, p.156).

Para complementar, Oliveira (2004, p. 375) salienta que, para instituir a provisoriedade do abrigo, o “[...] trabalho da equipe técnica tem de ser dinâmico, interdisciplinar e construtor de uma nova visão de sociedade, objetivando a busca pela autonomia”, e destaca que para um trabalho efetivo de desinstitucionalização da criança, “[...] não basta o retorno ao lar, é preciso também, a inserção na rede e o acompanhamento do processo”.

Quando se fala de provisoriedade, novamente ressurge a questão: Que tempo podemos definir para que se cumpra a provisoriedade da medida de proteção?

Souza (2006, p. 158) contribui para a discussão, ao dizer que:

A provisoriedade requer que se defina a significação do tempo social já que o tempo físico não parece ser o referencial mais indicado. O “tempo social tem o caráter de uma instituição reguladora dos acontecimentos sociais, de uma modalidade da experiência humana” (Elias, 1984) que, provavelmente, o classificará como tempo longo ou tempo curto dependendo de sua qualidade.

Ao corroborar com a complexidade do que seja definir um tempo para que o retorno da criança ao lar seja viável, Mito (1997, p. 118) se refere à família como “uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”.

Diante do complexo universo das situações familiares enraizadas estruturalmente, estas exigem “escolhas precisas de abordagens a serem adotadas, para se compatibilizarem com uma perspectiva de atenção integral e responsabilidade social”. Mito (1998 apud MIOTO, 2000, p. 223).

Segundo ABTH (2002), mesmo considerando a complexidade das questões que envolvem o trabalho social, é possível construir uma rede de trocas de informações que

contribua para agilização dos atendimentos e para potencializar e fortalecer a ação profissional articulada, possibilitando um trabalho mais efetivo com a família.

A publicação “Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo” (2004, p. 19) pontua que o abrigo é um serviço socioassistencial que deve ter como direção “[...] a reconquista do direito à convivência familiar e comunitária associada à garantia da proteção integral da criança e do adolescente [...]”.

Considerando a necessidade de uma intervenção com enfoque mais sócio-terapêutico – devido ao sofrimento familiar e da criança, conseqüente do rompimento dos vínculos afetivos – as ações sócio-terapêuticas e as ações sócio-educativas, respaldadas teoricamente, orientaram a construção de um trabalho de intervenção, operacionalizado por meio de reuniões de grupo junto a famílias cujos filhos estão submetidos à medida de proteção no abrigo Lar São Vicente de Paulo, desenvolvido por uma equipe técnica interdisciplinar: assistente social, estagiária de Serviço Social e psicóloga. A proposta deste trabalho de grupo, no contexto do Projeto Reintegração Familiar, diante da importância de se preservar os vínculos familiares, objetivando a reconquista do direito da criança a convivência familiar e comunitária, assim como, atender as vulnerabilidades emocionais (dentre as vulnerabilidades físicas e financeiras) da família, será apresentado proximaamente.

Vale ressaltar que este trabalho foi proposto e realizado diante dos recursos institucionais disponíveis, embora somente uma intervenção psicossocial não seja suficiente para habilitar a família e dar-lhe condições de promover o retorno familiar do infante, pois há outras necessidades a serem atendidas, por estarem atreladas a fatores conjunturais/estruturais da sociedade, que constituem-se em dever do Estado.

Vale salientar, também, que as ações sócio-assistenciais desempenhadas pelo abrigo Lar São Vicente de Paulo são relevantes e, somadas à atuação dos demais componentes da rede social de apoio, podem contribuir para um movimento de desinstitucionalização da criança. E que, embora não rompam com a situação de pobreza, podem suprir as necessidades mais imediatas, agilizando as ações necessárias para a reabilitação da família, contribuindo, assim, para a diminuição do tempo de permanência da criança na entidade de abrigo, para que se cumpra o princípio contido na lei quanto ao caráter provisório da medida de proteção, e levando-se em conta as particularidades de cada história familiar pertinente à criança institucionalizada.

No próximo capítulo serão apresentadas as intervenções realizadas no Lar São Vicente de Paulo junto às famílias de origem das crianças abrigadas.

3 POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO JUNTO ÀS FAMÍLIAS DE ORIGEM

Diante da realidade atual do processo de abrigamento, as intervenções junto às famílias justificam-se pela relevante observação do direito da criança institucionalizada à vida familiar e comunitária (Estatuto, artigo 4º.), contemplando o caráter provisório da medida de proteção (Estatuto, artigo 101, Parágrafo Único). Assim como a necessária atenção na efetivação do direito da família pobre, com filhos submetidos à medida protetiva de abrigo, a receber apoio sócio-familiar (Estatuto, artigo 90, Inciso I) pela entidade de abrigamento.

Famílias estas, vítimas de uma exclusão social histórica, caracterizada pela ausência de políticas públicas eficientes à proteção do núcleo familiar, face ao distanciamento do Estado das questões afetas à reprodução social.

Repensar o papel do abrigo no cumprimento da medida de proteção foi, também, proposta dos trabalhos realizados.

Este capítulo contextualiza a experiência de estágio, ao mesmo tempo em que descreve e analisa as ações desenvolvidas junto ao Grupo de Mães e Pais no âmbito do Projeto Reintegração Familiar – uma iniciativa inédita no abrigo.

3.1 Contexto Institucional - Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES/Promenor)²

A Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES/Promenor) é uma instituição filantrópica, de caráter não governamental, fundada em 10 de junho de 1773, atuando na promoção global do ser humano.

Sua missão é atuar na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visando promover a cidadania e o desenvolvimento social.

O Lar São Vicente de Paulo, que compõe um dos cinco programas desenvolvidos pela Irmandade do Divino Espírito Santo, foi inaugurado em 08 de setembro de 1910. Na época, destinava-se ao atendimento de meninas órfãs, e era administrado pelas Irmãs da Divina

² A contextualização da IDES foi realizada de forma sintetizada, devido a significativa produção teórica já existente, mas para maiores informações sobre a instituição citada consultar: PANCERI, Regina. Terceiro setor: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos. Florianópolis, 2001. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina.

Providência. Com o passar das décadas, o Lar São Vicente também foi passando por modificações, adaptando-se às novas exigências de cada momento histórico.

Até 1977 o Lar São Vicente de Paulo era o único programa social mantido pela Irmandade. Nessa data a IDES incorporou a PROMENOR (Sociedade Promocional do Menor Trabalhador), que passava por dificuldades financeiras, a qual foi criada em 1971.

✧ Em setembro de 1984 as irmãs da Divina Providência deixaram os seus trabalhos no Lar São Vicente de Paulo, que foi assumido, então, por uma equipe de leigos.

✧ Em 1990, com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Irmandade redirecionou e reviu todos os seus programas, adaptando-se a essa nova política. A partir daí, o Lar São Vicente de Paulo abandona o regime de orfanato para funcionar como medida de proteção – abrigo.

✧ O abrigo em 1994 definiu-se por atender crianças de 0 a 06 anos, do município de Florianópolis.

✧ Atualmente são cinco os programas sociais prioritários desenvolvidos pela Irmandade, abrangendo um universo de mais de 1.200 crianças e adolescentes em atendimento:

- Abrigo Lar São Vicente de Paulo;
- Centro de Educação Infantil Girassol;
- Programa Espaço Alternativo do Saber;
- Centro de Aprendizagem Profissional;
- Programa Jovem Trabalhador.

Além dos programas sociais, a Irmandade desenvolve outras atividades, como:

- Gráfica: executa todos os serviços internos necessários de impressão gráfica, como serviços a terceiros;
- Show Room Cia. Divina: administrado por voluntários. Recebe prendas e confecciona produtos manuais, além de ter um brechó;
- Marcenaria: responsável pela manutenção dos imóveis, como também a renovação das peças que são doadas;
- Cozinha: produz mais de 700 refeições diárias.

3.1.1 O Serviço Social no Abrigo Lar São Vicente de Paulo

O Serviço Social desenvolve um papel importante no Lar São Vicente de Paulo, à medida em que participa do processo de admissão e de desabrigamento das crianças. Ao mesmo tempo, esclarece os direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando a sua garantia.

Dentre as atribuições do Serviço Social no campo sócio-jurídico, figuram-se as informações à autoridade judiciária através de relatórios sociais periódicos sobre a situação dos abrigados e das famílias, e envio de documentos. Além disso, o Serviço Social organiza as visitas familiares, é responsável pela observância do Regimento Interno e pela documentação jurídica. Assim como coordena, juntamente com uma equipe multidisciplinar – psicóloga e estagiária de Serviço Social, reuniões de grupo com as famílias de origem das crianças institucionalizadas, quando da possibilidade de um retorno familiar, que é o foco deste trabalho.

Outras atividades desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição, na garantia dos direitos das crianças, podem ser assim sintetizadas:

- Providencia encaminhamentos especializados às crianças, sempre que necessário;
- Providencia documentação das crianças (registro de nascimento e documentos de saúde);
- Organiza e mantém atualizados os prontuários das crianças;
- Participa de audiências, sempre que intimado;
- Organiza e acompanha o trabalho dos voluntários;
- Conhece a realidade familiar de cada criança abrigada;
- Interage na realidade, sempre que possível e viável;
- Estimula e mantém o vínculo afetivo família X criança (sempre que possível e recomendável);
- Acompanha o desenvolvimento bio-psico-social e pedagógico das crianças atendidas, encaminhando-as ao profissional especialista, quando necessário;
- Zela pela qualidade e sigilo no atendimento às crianças;
- Atende às normas do abrigo e às determinações da coordenação;
- Participa de treinamentos, seminários e cursos de capacitação profissional.

As ações exercidas pelo profissional de Serviço Social numa entidade de abrigo são decisórias nos processos judiciais. Nesta direção Souza (2006, p. 157) observa:

“A forma como o assistente social se aproximará da esfera privada das famílias é de fundamental importância, porque tanto poderá contribuir para a ‘cidadanização’ do grupo familiar, quanto para reforçar processos de exclusão”.

Soares e Omena (2004, p. 5) acrescentam:

Atualmente o Serviço Social vem sendo uma profissão privilegiada no auxílio das práticas judiciais, acompanhando os processos que requeiram um detalhamento dos problemas existentes no âmbito das relações sócio-familiares [...]. A intervenção do assistente social no sistema judiciário é de fundamental importância, pois, conduz uma decisão judicial, interferindo no destino das pessoas envolvidas na situação.

3.2 O Projeto Reintegração Familiar

A motivação para a elaboração e execução da proposta interventiva do Projeto Reintegração Familiar, desenvolvido pela estagiária de Serviço Social, surgiu a partir da experiência de estágio curricular obrigatório e estágio curricular não obrigatório realizado na entidade de abrigo Lar São Vicente de Paulo, no período de maio de 2006 a fevereiro de 2007, sob a supervisão da orientadora de campo – a assistente social Elisabete Terezinha Galvão.

A proposta do projeto teve por objetivo geral:

Reintegrar e restabelecer os vínculos familiares das crianças abrigadas no Lar São Vicente de Paulo, assegurando seu direito à convivência familiar, em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente, artigo 19.

Os objetivos específicos foram assim formulados:

1 - Observar e avaliar como se manifestam os vínculos afetivos entre pais e filhos, durante as visitas realizadas pela família à (s) criança (s) e nas entrevistas às mesmas, a fim de propor o retorno da criança à família de origem. Na ausência de vínculos, ou havendo a negativa da família para a proposta de reintegração, buscar alternativas junto a parentes afins.

2 – Acompanhar e coordenar o trabalho de grupo para mães e pais das crianças abrigadas, contribuindo para o fortalecimento psicossocial dos membros da família, por meio de intervenções sócio-terapêuticas e sócio-educativas, uma vez que vivenciam uma situação de sofrimento, devido ao rompimento dos vínculos afetivos, e, ainda, socializar nas reuniões de grupo os direitos referenciados no Estatuto, pertinentes à criança;

3 – Estabelecer um plano de trabalho conjunto com as redes sociais de apoio para avaliar a viabilidade ou não da manutenção do vínculo, conforme determinação do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC³ (Anexo A);

4 – Visitar a família na pré-reintegração para conhecer o ambiente familiar, identificar as modificações físicas necessárias na casa, e outras demandas de ordem material ao retorno do abrigado.

5 - Organizar e acompanhar o trabalho voluntário na obtenção de recursos financeiros e outros, e no estabelecimento de novas parcerias, a fim de subsidiar financeiramente as modificações de ordem prática necessárias às famílias ao retorno do abrigado.

6 - Acompanhar e avaliar, no período da reintegração, a adaptação da criança à nova realidade e a adaptação e aceitação da família à reintegração, a partir do período de aproximação⁴, com vistas a propor ao Juizado da Infância e da Juventude, o retorno do infante, em segurança, ao convívio familiar de origem.

A estagiária de Serviço Social optou pela sistematização das ações sócio-terapêuticas e sócio-educativas desenvolvidas no Grupo de Mães e Pais, que integram um dos objetivos específicos do Projeto Reintegração Familiar, devido a sua primazia frente às demandas emocionais postas à família e pela relevância como instrumento para as intervenções. Por esta razão, finalizam-se aqui as informações quanto ao referido projeto desenvolvido pela estagiária na instituição.

3.3 O Grupo de Mães e Pais no Contexto do Projeto Reintegração Familiar

Segundo a sistematização de Miotto (2003 apud LIMA 2004b), há três eixos de intervenção que orientam a prática interventiva do assistente social, a saber: Processos Político-Organizativos, Processos de Planejamento e Gestão, e Processos Sócio-Assistenciais.

No âmbito desse trabalho interessa discutir os processos sócio-assistenciais.

³ Termo elaborado em 2006 por diferentes profissionais - juízes, promotores, assistentes sociais, e outros, onde constam as normas e leis que as entidades de abrigo precisam acatar, assim como define a conduta de profissionais que atuam na área da infância e da juventude, alocados nos programas sociais de apoio à família, Conselho Tutelar e Juizado da Infância e da Juventude.

⁴ Saídas autorizadas pelo Juizado da Infância e da Juventude, permitindo à criança ficar em casa nos finais de semana, ou por um período de tempo maior, sob a responsabilidade da família.

Estas ações

Acontecem privilegiadamente no contexto institucional e o processo interventivo se realiza a partir de demandas singulares. Seu objetivo é contribuir para que, junto com os usuários, se consiga responder as demandas colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos sociais”. (LIMA, 2004, p. 63).

Nos processos sócio-assistenciais destacam-se “quatro categorias de ações: *sócio-educativos; sócio-emergenciais; sócio terapêuticos; e periciais*” (LIMA, 2003, p. 63).

Por intervir de forma direta com os usuários - famílias e segmentos sociais vulneráveis, “nos diferentes níveis de complexidade dos serviços” (MIOTO, 2006, p. 20), o profissional de Serviço Social, que atua numa instituição de abrigo, desenvolve ações sócio-assistenciais a fim de contemplar direitos violados de crianças e adolescentes – garantidos constitucionalmente – e no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como presta um serviço sócio-assistencial à família.

Dentre as ações sócio-assistenciais efetuadas pelo Lar São Vicente de Paulo, as sócio-terapêuticas e sócio-educativas direcionaram as intervenções realizadas junto às famílias das crianças submetidas à medida de proteção abrigo - que são aquelas que expressam sinais de sofrimento enraizado na sua condição social. Para Mioto (2001b) “[...] as famílias podem ser vistas como o último elo de uma corrente que, freqüentemente, expressa de forma sintomática a violência produzida em outras instâncias”.

Mioto (2001a) define as ações sócio-terapêuticas:

“São aquelas ações desenvolvidas diante de situações de sofrimento individual e/ou grupal. Estão voltadas para as situações sintomáticas que se manifestam através dos membros das famílias (dependência química, alcoolismo, doenças mentais e físicas) [...]”.

Quanto às ações sócio-educativas, estas

[...] tendem para uma consciência reflexiva que oportuniza ao usuário uma compreensão efetiva da Sociedade onde vive; dos Direitos que possui nessa Sociedade; da possibilidade de coletivização de suas necessidades de modo a ampliar, na esfera pública, seus Direitos [...]. (LIMA, 2004a, p. 6).

As ações sócio-educativas podem acontecer “[...] através da intervenção direta entre Assistente Social e usuário, ou grupo de usuários [...]” (LIMA, 2004a, p.6), assim como as sócio-terapêuticas.

Para desenvolver as ações sócio-terapêuticas e sócio-assistenciais junto às famílias das crianças institucionalizadas no Lar São Vicente de Paulo, foram utilizadas como instrumento de trabalho as reuniões de grupo.

Um grupo pode ser definido como “o campo no qual situações de vida concreta se representam ou se reapresentam. As comunicações entre as várias experiências se integram, se modificam [...]” favorecendo “[...] situações de envolvimento, troca, participação, comunicação e criatividade”. Da mesma forma pode-se “socializar conhecimentos, permitindo acessar e usufruir os serviços sociais [...]”. (GUIMARÃES, 2002, p. 174 e p.176).

Torres (1985, p. 11) diz que “os grupos existem para satisfazer as diversas necessidades que os seres humanos possuem e que não poderiam resolver sozinhos”.

Outras possibilidades que o trabalho grupal pode promover é “trabalhar, em conjunto, os sentimentos que permeiam cada fase do acompanhamento; discutir temas comuns e de interesse de todos; articular as várias famílias, fortalecendo-as no exercício da cidadania [...]” (ABTH, 2002, p. 36).

Trazendo para a realidade das famílias pobres, Guimarães (2002, p. 177) observa a importância de se trabalhar em grupo: “[...] O grupo abre possibilidades de diminuir o isolamento psicológico e social que em geral imobiliza os indivíduos das camadas empobrecidas”.

Vale salientar que, no trabalho com famílias numa entidade de abrigo, é importante observar o valor da interdisciplinariedade, conjugando as ações do Serviço Social e da Psicologia.

A relevância de se trabalhar em grupo ultrapassa a sua utilidade como um espaço para fortalecimento psicossocial dos pais – ele pode abrir outras possibilidades de intervenção para assistente social e equipe técnica, porque “possibilita e contribui para ampliação do conhecimento da realidade atual, em termos da constituição da família, levando os profissionais e instituições a atuar de acordo com essa realidade” (GUIMARÃES, 2002, p. 177).

Sendo assim, o trabalho em grupo torna-se um meio necessário para se atender as vulnerabilidades emocionais das famílias, que têm como objetivo em comum reconquistar o direito de ter os filhos de volta, assim como possibilita socializar direitos importantes do Estatuto, pertinentes à criança, e informar sobre os recursos sociais disponíveis aos pais, para que percebam a si próprios e a seus filhos como sujeitos de direitos.

Nesta direção Iamamoto (2004, p. 276) coloca que “os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social⁵, esclarecendo a população sobre seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos”.

3.3.1 A Composição do Grupo

O grupo, formado pelas mães e os pais das crianças com possibilidade de retorno familiar, que residem no município de Florianópolis (SC), e que estão abrigadas no Lar São Vicente de Paulo, totaliza 10 mães e 05 pais.

A adesão ao grupo é espontânea, de acordo com as motivações da família.

As reuniões são semanais, acontecem nas quartas-feiras (dia permitido aos pais para visitar os filhos abrigados), às 14:30 horas, com duração de 01 hora.

A idade das mulheres varia de 17 a 40 anos de idade, com predomínio das mais jovens; os homens têm entre 26 e 53 anos, com predomínio dos mais velhos.

Dentre estes pais participantes, 03 trabalham em ocupações informais e 02 estão desempregados. Já entre as mães, a maioria não possui fonte de renda; apenas 03 desenvolvem atividades remuneradas, também na informalidade.

A situação sócio-econômica é precária na maioria das famílias, as quais residem em periferias na cidade de Florianópolis (SC), e cuja grande parte migrou de municípios do interior de Santa Catarina.

Entre as razões que determinaram o afastamento da criança do ambiente familiar estão: dependência química dos pais; negligência; doença da mãe; violência física; e carência sócio-econômica.

⁵ “A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais [...]” (IAMAMOTO, 2004, p. 265).

Tabela 1 - Dados das famílias participantes das reuniões de grupo:

FAMÍLIA	FILHO (S) ABRIGADO (S)	IDADE
Família de Ana:	Bruno e Deise*	6 anos
Família de Cleuza e Adilson	Patrício e Fernanda	5 e 4 anos
Família de Ester e João	Rair	1 ano e 6m
Família de Ivone e Adão	Jerusa, Nanda e Pedro**	4, 2 e 7 anos
Família de Joana e Karla	Natalie e Marcio	5 e 3 anos
Família de Kátia e Vilson	Fábio e Fabiano	1 ano (gêm.)
Família de Madalena	Fernando	2 anos
Família de Rita	Marvin e Simone***	5 anos
Família de Rose e Adalton	Luíza, Laura e Fabrício	3, 2 e 1 anos

Fonte: autora

* Deise com 09 anos de idade, abrigada no Cretinha/Rio Tavares.

** Pedro está com 07 anos de idade, abrigado no Casa Lar - Coqueiros.

*** Simone tem 09 anos, abrigada no Cretinha/Rio Tavares.

Tabela 2 – Continuação dos dados:

FAMÍLIA	ADMISSÃO AO ABRIGO	ADMISSÃO AO GRUPO
Família de Ana	06.04.2006	28.06.2006
Família de Cleuza e Adilson	14.06.2006	28.06.2006
Família de Ester e João	03.10.2006	06.12.2006
Família de Ivone e Adão	13.01.2005	14.06.2006
Família de Joana e Karla	15.09.2005	14.06.2006
Família de Kátia e Vilson	17.04.2006	14.06.2006
Família de Madalena	24.08.2006	20.09.2006
Família de Rita/Maria Clara	06.04.2006	04.10.2006
Família de Rose e Adalton	08.08.2006	30.08.2006

Fonte: autora

Obs: Os nomes dos pais e filhos foram alterados para nome fictícios, preservando, assim, o devido sigilo judicial.

3.3.2 Síntese das Trajetórias Sócio-Familiares dos Membros do Grupo

Família de Ana

Ana está com 36 anos de idade, há 10 meses é viúva. O marido morreu de cirrose hepática, devido à dependência de bebida alcoólica.

Possui dois filhos abrigados, um no Lar São Vicente de Paulo, e uma filha de 09 anos em outro abrigo somente para meninas.

Reside com mais dois filhos adolescentes e um irmão.

Ana trabalhou por 09 anos como cozinheira num restaurante, sendo demitida na ocasião do abrigamento dos filhos. A institucionalização das crianças exigia que ela se ausentasse muitas vezes durante a semana para visitá-los e resolver outros assuntos pertinentes a eles. Em consequência de suas faltas ao local de trabalho, foi dispensada. Atualmente, para sustentar a família, ela trabalha na informalidade, como artesã, fazendo sabonetes caseiros e trabalhos manuais em crochê. O irmão, que reside com ela, a ajuda com as despesas da casa.

Ana é analfabeta.

É atendida pelo Programa Sentinela, que compõe a rede social de apoio.

Família de Cleuza e Adilson

A família tem dois filhos abrigados no Lar São Vicente de Paulo.

Ela possui mais dois filhos de um primeiro relacionamento, mas estão sob a tutela da avó materna.

Cleuza tem 40 anos de idade, o marido 37.

Cleuza e Adilson são dependentes químicos: ele de cocaína, ela de cocaína e álcool.

Segundo eles, fizeram tratamento por alguns meses, antes do abrigamento dos filhos, no Serviço de Atendimento às Necessidades Psicossociais (SANPS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Cleuza está desempregada e Adilson trabalha como pedreiro.

A relação do casal é conflituosa, com presença constante de agressão física.

A família é atendida pelo Programa de Apoio e Orientação Sócio-Familiar (POASF), o qual é componente da rede social de apoio.

Família de Ester e João

Ester está com 23 anos de idade e João tem 53 anos.

Ester e João se relacionam há 04 anos porém, até a data do abrigamento do filho, eles moravam com suas respectivas mães. Atualmente residem em uma casa alugada.

Ester teve uma filha na adolescência, que hoje tem 07 anos de idade, e que está sob a guarda da avó materna. João tem vários filhos de seu primeiro casamento, todos já adultos.

Ambos são dependentes químicos – álcool e droga. Segundo eles, fizeram tratamento para a dependência no SANPS meses antes do filho ser encaminhado para o abrigo. Atualmente foram encaminhados pelo abrigo e pelo POASF para tratar a dependência química no Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras Drogas (CAPS-AD).

Segundo Ester, ela e o marido sempre tiveram uma relação conturbada, regida à álcool, droga e violência. Ester já registrou vários boletins de ocorrência devido às agressões físicas do marido.

João trabalha lavando carros, a esposa está desempregada.

O Programa POASF atende a família.

Família de Ivone e Adão

Ivone tem 23 anos de idade, o marido 50.

A mãe possui 02 filhas abrigadas no Lar São Vicente de Paulo e um filho de 07 anos em outra entidade. Adão é pai apenas deste filho, e há 02 anos reside com Ivone.

Ivone é dependente química (droga crack) desde os 11 anos de idade.

Aos 12 anos de idade Ivone foi morar em um abrigo, onde permaneceu alguns meses. O que resultou na medida de proteção foi a negligência da mãe.

Após o abrigamento das filhas, Ivone ficou por 06 meses internada numa comunidade terapêutica, e há alguns meses faz tratamento no CAPS-AD.

Adão sustenta a família fazendo “frete”, transportando móveis. A esposa não trabalha.

Ivone é analfabeta.

Atualmente a família não é atendida por programas oficiais de apoio.

Família de Joana e Karla

Joana está com 34 anos. Separou-se do marido quando a filha e o neto foram abrigados.

Ela é mãe de 04 filhos, 03 são adolescentes. Uma das filhas, de 17 anos de idade, é mãe do neto abrigado.

Joana trabalha como diarista, e esta é a única fonte de renda da família. Os pais de seus filhos não pagam a pensão alimentícia.

Somente uma filha de Joana, com 13 anos, estuda. O filho de 15 anos é analfabeto.

O Programa Sentinela atende esta família.

Família de Madalena

Madalena tem 26 anos de idade e mora sozinha numa casa alugada.

Ela tem 05 filhos, porém 04 residem com famílias substitutas. Segundo Madalena, os filhos foram encaminhados para adoção por ela não possuir condições sócio-econômicas para sustentá-los.

Madalena é soro positivo há 05 anos. Ela diz que somente um filho, o de 05 anos de idade, foi contaminado no momento do parto, realizado de forma natural. Há 04 anos descobriu que era portadora do vírus da AIDS. Devido ao tratamento médico durante a gravidez e os cuidados no parto, o filho caçula, com 02 anos, que está abrigado, nasceu saudável.

Desde que o filho foi abrigado, Madalena trabalhou em alguns lugares como empregada doméstica, estando desempregada atualmente.

A mãe foi encaminhada pela entidade de abrigo para o POASF, mas compareceu a apenas um atendimento. Como se mudou para outro município, o abrigo a reencaminhou para o programa de apoio familiar da cidade onde reside atualmente.

Família de Kátia e Vilson

Kátia está com 19 anos. Vilson, o marido, tem 26 anos.

São pais de 02 filhos abrigados. Um terceiro filho também foi encaminhado para o abrigo, mas faleceu 01 mês após o abrigamento, com pneumonia aguda.

Kátia na última gestação, por estar em situação de vulnerabilidade, foi encaminhada para um abrigo de mulheres, nasceram gêmeos. Na ocasião, o marido estava desempregado, e a avó, com quem residia, não tinha condições de prover suas necessidades materiais.

Atualmente, ela e o marido continuam morando com a avó materna de Kátia, que é mãe de Vilson. Somente ele trabalha.

A família vive em condição de miserabilidade.

O POASF atende a família.

Família de Rita

Rita tem 36 anos de idade.

Possui dois filhos em abrigo, apenas um reside no Lar São Vicente de Paulo.

Após o afastamento das crianças do ambiente familiar, Rita e o marido foram encaminhados pelo Conselho Tutelar para uma comunidade terapêutica para tratarem a dependência química. A mãe submeteu-se a 09 meses de internamento, conforme recomendado pelo médico e terapeuta, porém o marido não aceitou o tratamento.

Ela trabalha no mesmo local que fez o tratamento para a dependência, é a provedora do seu lar, e atualmente está separada do marido. Sua mãe é cardíaca e está impossibilitada para o trabalho, sobrevivendo de doações de alimentos da igreja que frequenta e das cestas básicas fornecidas pela Prefeitura.

A família não recebe atendimento de programas oficiais de apoio.

História de Rose e Adalton

Rose tem 23 anos de idade, Adalton 35 anos.

O casal possui 03 filhos submetidos à medida de proteção.

Adalton tem uma filha adulta de seu primeiro relacionamento conjugal.

Após a última gestação, Rose adoeceu. O marido, por não possuir condições de cuidar dela e dos filhos, e sem parentes que pudessem dar um apoio à família, acionou o Juizado, que encaminhou a mãe e as crianças para um abrigo que atende mulheres em situação de vulnerabilidade.

Rose permaneceu lá por 06 meses, e os filhos foram transferidos para o Lar São Vicente de Paulo.

Ambos estão desempregados. Adalton faz jardinagem um dia na semana.

O POASF atende a família.

Estas trajetórias expostas acima revelam experiências de abrigamento de um filho ou de todo o grupo familiar. Uma das mães registra passagem por abrigo em consequência de negligência. A dependência química faz com que as famílias oscilem entre a proteção e a falta desta. A rede de apoio institucional se efetiva na maioria das famílias, embora algumas delas não contem com nenhum auxílio formal. Tem-se a presença, também, da rede comunitária, através do atendimento de uma comunidade terapêutica. Entre as famílias, há duas mães analfabetas, e nove pessoas estão desempregadas. Uma mãe é HIV positivo.

Pelas trajetórias sócio-familiares, percebe-se que há entre as famílias diferentes graus de vulnerabilidade, tomando-se como parâmetro a situação sócio-econômica, inserção no mercado de trabalho, renda familiar insuficiente e dependência química dos pais.

A seguir serão descritas, analisadas e avaliadas as ações sócio-terapêuticas e sócio-educativas desenvolvidas junto às famílias.

3.4 Descrição, Análise e Avaliação das Ações Sócio-Terapêuticas e Sócio-Educativas Operacionalizadas por meio das Reuniões de Grupo de Mães e Pais das Crianças Institucionalizadas no Abrigo Lar São Vicente de Paulo.

A primeira participação da estagiária de Serviço Social na reunião de grupo aconteceu na sala da psicologia da instituição dia 14.06.2006, quarta-feira, dia permitido para as visitas dos pais aos filhos abrigados. O objetivo, neste primeiro contato com os familiares, foi observar a dinâmica grupal.

Para título de informação, quando a estagiária iniciou a experiência de estágio na instituição, este Grupo de Mães e Pais já integrava, há um mês, a pauta das ações assistenciais desenvolvidas pelo Lar São Vicente de Paulo, sob a coordenação da equipe técnica, formada pela assistente social Elisabete Terezinha Galvão e a psicóloga - Joseila Teresinha da Silva.

No período de maio de 2006 a fevereiro de 2007, que compreendeu o período de estágio curricular obrigatório e estágio curricular não obrigatório, foram realizadas 28 reuniões de grupo. Visto a extensão do trabalho efetuado, foram selecionados 06 encontros para descrição e análise das atividades.

Os critérios de seleção obedeceram à escolha de temas que estivessem em consonância com os referenciais teóricos deste trabalho, da mesma forma que retratassem as relações estabelecidas entre a família e o Estado, demonstrando a ausência ou insuficiência das políticas públicas no âmbito das famílias pobres brasileiras, e, em particular, no universo de algumas famílias com filhos abrigados no Lar São Vicente de Paulo.

Na seleção, procurou-se, também, através das falas, evidenciar o sofrimento da família pela suspensão do pátrio-poder e o movimento dos pais – considerando suas limitações – para reconquistar o direito da tutela. Assim como, conceituar as redes sociais de apoio.

Vale dizer que esse grupo é um instrumento para se alcançar um dos objetivos específicos do Projeto Reintegração Familiar, desenvolvido pela estagiária na instituição, que é contribuir para o fortalecimento psicossocial dos membros da família, respaldada teoricamente através das ações sócio-terapêuticas que permeiam a prática interventiva do assistente social. O objetivo dessas ações “é contribuir para que, junto com os usuários, se consiga responder as demandas colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos” (LIMA, 2003, p. 63).

A seguir serão apresentadas as reuniões selecionadas para este estudo.

3.4.1 Reunião nº 03

Dia 28 de junho de 2006, quarta-feira, dia de visita dos familiares aos filhos, iniciou-se mais uma reunião de grupo, na sala da psicologia do Abrigo Lar São Vicente de Paulo. Participaram do grupo cinco mães e um pai das crianças abrigadas.

A reunião desenvolveu-se sob a coordenação da psicóloga da instituição, e teve o acompanhamento da estagiária de serviço social.

A intenção de realizar o trabalho grupal no mesmo dia permitido para as visitas consistiu em evitar dois deslocamentos semanais dos pais até o abrigo, evitando assim despesas extras com o transporte, face às reduzidas condições sócio-econômicas da família.

Carreirão (2004, p. 308) observa que as instituições de abrigo devem facilitar as visitas e aproveitar a mesma data para fazer intervenções junto às famílias, objetivando a preservação dos vínculos familiares.

O objetivo deste encontro era refletir sobre as mudanças necessárias para o retorno dos filhos e incitá-los a perseverar na busca pelo desabrigamento.

A psicóloga iniciou os trabalhos aplicando uma atividade em forma de dinâmica de grupo, que consistia em que cada um dos participantes fosse envolvido na construção de uma casa a partir de peças de madeira em miniatura.

As dinâmicas de grupo foram utilizadas como ferramentas para reflexão, fixação e assimilação dos conteúdos trabalhados, assim como para promover uma descontração dos membros participantes.

Num segundo momento a profissional de psicologia fez alguns questionamentos aos pais referentes à atividade aplicada, a fim de estimulá-los a formarem uma analogia entre a atividade e a realidade vivenciada, obtendo respostas de todos os participantes. Algumas das perguntas elaboradas foram: O que vocês têm que fazer para reformar “outras casas”? Qual a “estrutura” das suas casas? O que precisam ter primeiro? O que estão fazendo para ter os filhos de volta?

Essa última pergunta pode parecer contraditória, pois a família empobrecida é a caixa de ressonância (MIOTO, 2000) das questões sociais; se ela faliu no cumprimento de sua

tarefa de proporcionar proteção a seus membros, é por que, primeiramente, o Estado não foi provedor, negando-lhe condições básicas para cuidar de seus membros. Há uma questão mais preponderante: o que o Estado tem feito para que os pais possam ter seus direitos efetivados plenamente, proporcionando a eles as condições básicas para ter os filhos de volta?

Um pai pronuncia que “precisa criar vergonha na cara” sic⁶, demonstrando acreditar ser o principal responsável pelo abrigamento dos filhos.

De qualquer maneira a família precisa se comprometer com as redes de apoio (é importante a frequência aos atendimentos), para que, de forma conjunta, pais, abrigo e programas oficiais de apoio possam vislumbrar alguma perspectiva de retorno e construir uma proposta de intervenção, de acordo com a especificidade de cada caso familiar, e quando há possibilidade de amenizar o grau de vulnerabilidade da família.

A coordenadora explicita que a estrutura da casa, fundada na analogia da atividade, é o corpo físico. “Sem ele não se pode fazer nada”, exemplifica ao dizer que sem o corpo não se consegue trabalhar. Para haver uma boa estrutura é preciso estar bem: comer, dormir na hora certa e tomar outros cuidados.

A rotina de vida destas famílias empobrecidas é permeada de desemprego, trabalhos informais desqualificados e repetitivos, estresse, jornadas longas, etc. Assim violados em tantos direitos, como podem cuidar da “estrutura” de suas casas? Embora essas reflexões sejam provocadas, o objetivo da coordenadora refere-se mais ao estabelecimento de rotinas no lar, necessárias quando há crianças presentes.

Não esperando uma resposta, mas sim uma reflexão, a psicóloga segue na coordenação do grupo perguntando aos pais quantas coisas têm acontecido no período de abrigamento dos filhos, e frisa que os profissionais do abrigo – assistente social, psicóloga e estagiária de Serviço Social – estão na instituição para ouvir as tristezas do abrigamento, o que motivou a organização desse espaço de escuta e de trocas.

No trabalho social com famílias, o grupo de pais é um importante método de intervenção. Nessa estratégia operacional, tem-se

A possibilidade de reunir as famílias com vivências semelhantes; trabalhar, em conjunto, os sentimentos que permeiam cada fase do acompanhamento; discutir temas comuns e de interesse de todos; e articular as várias famílias, fortalecendo-as no exercício da cidadania. (ABTH, 2002, p. 36).

A estagiária de Serviços Social acrescenta que o abrigo tem a função de proteger a criança. Mas, além de cumprir a medida de proteção estabelecida no Estatuto da Criança e do

⁶ Sic “sem identificação correta”.

Adolescente – ECA, o abrigo deve desenvolver trabalho com os pais biológicos. Enfatizou que é “direito” deles receber este apoio, portanto, não é uma “ajuda”, e também é “direito” da criança ser criada por sua família de origem, e que isso é fundamental para o seu desenvolvimento (Artigo 19).

Ao término da reunião, os pais se dirigiram à área restrita às visitas.

Para finalizar o encontro, a psicóloga fez a leitura de um texto intitulado “Que diferença faz a estação?” (Anexo B), com o intuito de provocar nos pais uma reflexão a cerca das tristezas do abrigar, e que os mesmos não podem ser julgados apenas por uma “estação”. Salientou que nesta “estação de inverno”, onde tudo parece “feio”, “torto” e “retorcido” não podem desistir, porque as outras estações virão. Ou seja, nesse momento doloroso do abrigar receberão apoio para não desanimarem, sendo a proposta do grupo tentar promover o retorno da criança a seu ambiente familiar de origem.

3.4.2 Reunião nº 05

Na sala da psicologia da instituição do abrigo, inicia dia 02 de agosto de 2006 mais uma reunião do grupo de mães e pais das crianças abrigadas. Estavam presentes três mães, sob a coordenação da assistente social e da estagiária de Serviço Social.

O objetivo estabelecido consistia em proporcionar aos participantes um momento para reflexão acerca de seus sonhos.

Uma mãe relatou que foi até o bairro Barra da Lagoa contatar uma família onde havia uma vaga para os serviços de empregada doméstica. Como era exigência dormir na residência, e isso desagradou o esposo, não aceitou a proposta de trabalho. Disse, também, que através de um canal de televisão obteve informações de um “disque terapia” (0800) que atende dependentes químicos. Esta mãe ficou internada numa comunidade terapêutica por 06 meses. Ela tem 23 anos de idade, e desde os 11 anos é usuária de crack. Por entender, pelo seu histórico de dependência química, que ela precisa dar continuidade ao tratamento, foi encaminhada pela instituição de abrigo ao CAPS-AD.

Para reflexão dos pais, a assistente social fez a leitura de um texto de Madre Teresa de Calcutá, intitulado “A Vida” (Anexo C).

Refletindo sobre o conteúdo da mensagem, uma mãe disse: “a vida é preciosa... a gente tem que gostar da vida da gente” sic.

Num segundo momento, a profissional de Serviço Social lançou a pergunta: qual é o sonho de vocês?

“Ter meus filhos de volta” sic, foi resposta de uma mãe.

Outra mãe enfatizou: “ter meus filhos de volta e sair do morro” sic. Vale dizer que, em muitas falas, essa mãe expressou seu grande desejo de sair da comunidade onde mora, por causa da violência e das preocupações com o filho de 15 anos, que freqüentemente está envolvido em furtos, na companhia de usuários de drogas da comunidade.

Ela conta que, certa vez, o filho chegou em casa pela manhã, quase desnudo, depois de dormir na companhia de usuários de drogas numa casa desocupada próxima da sua. Quando questionado sobre esse episódio, o filho disse a ela que deu as roupas para os amigos venderem. Com o dinheiro eles compraram droga para o uso próprio, mas ele não usou, e depois estes devolveriam o valor emprestado. A mãe conta que nunca devolveram. Ela diz que o filho não usa entorpecentes, mas ela acha que se continuar no “morro” vai acabar usando, “porque ele tem apenas 15 anos”. A mãe ressalta: “eu tenho que sair quanto antes, as minhas irmãs disse pra mim, tem que sair quanto antes porque tu vai perder esse filho...ele não tá usando, mas amanhã ou depois se tu continuar morando aí, terminar criar ele aí, pronto! vai ser cadeia e droga” sic.

Analisando esta história de vida, resumidamente exposta aqui, percebe-se que a mãe compreende o que representa permanecer na sua comunidade. Provavelmente não conseguiria conceituar o que significam as palavras vulnerabilidade, risco pessoal e social, porém sua experiência de vida aponta para a vulnerabilidade do filho – ela sente que ele pode se aprofundar na marginalidade caso continue no “morro”. Sua preocupação e a vontade de migrar para outro lugar não lhe permitem protegê-lo, pois esta não dispõe de meios para assegurar a segurança do filho. Continuar no morro não exime-a do seu papel de protetora, mas compartilhar sua aflição é a única coisa que parece estar ao seu alcance fazer. Onde aparece a intervenção governamental neste contexto? As medidas de proteção são aplicadas quando direitos são ameaçados ou violados por ação ou omissão, também, do Estado. (Estatuto, artigo 98, inciso I).

A estagiária enfatizou mais uma vez o papel do abrigo junto a suas famílias, que é o dar apoio para uma futura reintegração familiar da criança, sendo um direito da família ser fortalecida durante o período de abrigamento.

Após o desenvolvimento da reunião, com a leitura do texto e os relatos dos sonhos, encerrou-se o encontro.

3.4.3 Reunião de nº 14

As redes sociais de apoio têm um papel fundamental no trabalho junto às famílias fragilizadas para promover o retorno familiar. Devido à sua condição de vulnerabilidade histórica, estas famílias, de forma autônoma, não possuem condições de superar o motivo que gerou a medida protetiva de abrigo.

Considerando que o abrigamento implica no afastamento do infante do ambiente familiar e, conseqüentemente, no rompimento dos vínculos afetivos e violação do direito à convivência familiar e comunitária, o trabalho dos componentes da rede de apoio sócio-familiar, de forma conectada, pode contribuir para a diminuição do tempo de permanência da criança numa instituição de abrigo, seguindo assim as determinações do Estatuto quanto ao caráter provisório da medida. Souza (2006, p. 156) destaca que “a intervenção em rede é mais eficaz”.

Diante do exposto, e da importância da adesão dos pais, este encontro, datado de 18 de outubro de 2006, objetivou socializar informações sobre as redes sociais de apoio.

Estavam presentes três mães, um pai, a psicóloga e a estagiária de Serviço Social, que coordenaram o grupo.

A estagiária introduziu o assunto do dia dizendo que falariam sobre as redes de apoio com a qual as famílias contavam.

Iniciou fazendo perguntas, como: quando os pais estão com dificuldades, a quem procuram? Quem os tem apoiado nesse momento de preparação para o retorno dos filhos?

A estagiária de Serviço Social citou o abrigo, o Programa de Apoio Sócio-Familiar (POASF) e o Programa Sentinela como integrantes da rede de apoio à família, explicando que estes trabalham de forma conectada, ou seja, juntos, unidos para lhes dar a devida assistência, por isso a expressão “rede”. Continuou explicitando que os amigos, os familiares, as comunidades terapêuticas, bem como o Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras (CRETA), o Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas (CAPS-AD) somam-se aos demais componentes da rede social de apoio.

Foi enfatizado pela estagiária de Serviço Social que, para que a rede desenvolva sua finalidade, os pais não podem faltar aos atendimentos previamente agendados com assistentes sociais, psicólogas e outros profissionais da rede, assim como às reuniões do grupo.

A fim de assimilar melhor o tema trabalhado, a estagiária de Serviço Social aplicou uma atividade - a “dinâmica do barbante”, onde os pais, sentados em suas cadeiras, posicionados em grande círculo, lançariam entre eles um novelo de lã, porém cada participante antes de lançar o novelo ao próximo receptor deveria segurar entre os dedos a linha, mantê-la esticada e não soltá-la, e verbalizar qual o apoio mais importante que os tem auxiliado para o retorno dos filhos.

Quanto ao apoio mais importante que recebeu, um pai referenciou o abrigo, a esposa, e a comunidade terapêutica onde ficou internado por dois meses. As mães responderam que o apoio mais significativo foi recebido pelo abrigo.

Ao término da atividade formou-se uma “rede” com a linha utilizada na dinâmica. A estagiária de Serviço Social disse que é dessa forma que os integrantes da rede trabalham interligados. A estagiária pontuou que quando algum deles deixa de ir aos atendimentos, acaba por enfraquecer a rede, e, utilizando uma tesoura, cortou alguns fios, demonstrando a vulnerabilidade da rede.

Para encerrar a reunião, a psicóloga leu um texto com o título “Sequóia” (Anexo D), narrando que as sequóias são consideradas as maiores e mais fortes árvores do mundo. No entanto, as raízes, que deveriam estar enterradas para dar-lhes sustentação, ficam expostas sobre a terra. Para suportarem sua pesada estrutura e sobreviverem elas ficam bem “juntinhas” com as raízes entrelaçadas.

Quanto ao trabalho desenvolvido, os pais atentaram para o explanado, demonstraram entusiasmo na execução da dinâmica, e participaram, também, ao responderem as questões formuladas pela estagiária de Serviço Social.

A ausência dos pais nos atendimentos agendados com as assistentes sociais e psicólogas dos programas de apoio, nas reuniões de grupo ou em outros compromissos que objetivam preparar a família para o retorno do infante, vulnerabilizam a rede. Porém, é relevante ressaltar que outros fatores enfraquecem a rede, como a falta ou dificuldade de comunicação entre os técnicos; um conceito negativo pré-concebido por parte de profissionais que trabalham com famílias que faliram nos cuidados com os filhos; um intervalo longo entre um atendimento e outro dos programas oficiais de apoio, devido à demanda reprimida⁷, que

⁷ Quando a oferta de serviços é menor que a procura.

visam, por determinação do Governo Federal, priorizar as metas de quantidade de atendimentos em detrimento da qualidade dos mesmos.

É oportuno, também, dizer que a postura de trabalho de alguns técnicos compromete as intervenções junto às famílias. Em um dos contatos realizados pela estagiária de Serviço Social com a coordenadora de um programa oficial de apoio, conforme orientação da assistente social do abrigo, para esclarecimentos sobre o desligamento de três famílias do programa na ocasião do abrigamento dos filhos, a mesma opinou ser desnecessário o atendimento do programa, já que o abrigo desenvolve trabalho com as famílias. Mesmo com argumentos sobre a importância de o programa continuar atendendo a família que ainda se encontra em situação de vulnerabilidade e que não é dotada de poder para se auto gerir, bem como sobre a necessidade de ações em redes complementares, a mesma não deu maiores explicações sobre os desligamentos. Na ocasião, através do Juizado da Infância e da Juventude, tomou-se conhecimento de outros desligamentos de famílias com filhos em abrigos.

Estes “programas estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e têm como objetivo fundamental garantir o direito da convivência familiar e comunitária”. (MIOTO, 2001, 93).

É inconcebível que profissionais lotados em programas classificados como de “apoio” sócio-familiar, que deveriam prestar assistência às famílias, principalmente no momento crítico do abrigamento, onde o princípio da provisoriedade precisa ser aplicado para não trazer prejuízos maiores às crianças, tenham esta atitude contestável ao reproduzir o que a sociedade e o próprio Estado tem feito no decorrer de anos, que é excluir e estigmatizar as famílias empobrecidas.

Neste sentido, Miotto (2001, p. 101) discorre sobre um aspecto fundamental para a proteção integral da infância e da juventude que é “a mudança de postura da sociedade como um todo, em especial de profissionais ligados à área, em relação às famílias”.

O trabalho em rede também é importantíssimo para otimizar o tempo despendido na obtenção de dados sobre as famílias, quando já atendidas por programas oficiais de apoio na ocasião do abrigamento, evitando um retrabalho de tarefas.

3.4.4 Reunião de nº 15

Em 25 de outubro de 2006 inicia-se mais uma reunião com mães e pais que desejam ter os filhos de volta ao retorno familiar. Participaram do encontro quatro mães e um pai das crianças abrigadas. A estagiária de Serviço Social e a psicóloga da instituição coordenaram o grupo.

O objetivo deste encontro foi conversar a respeito dos filhos.

Para iniciar a temática do dia, a psicóloga solicitou a cada mãe e pai mencionarem algo positivo sobre os filhos. Foram dadas respostas variadas, como: “o sorriso, o abraço com carinho” sic; “ver ele brincando com carrinhos, jeito de falar” sic.

A segunda pergunta introduzida pela psicóloga solicitava que os pais dissessem algo negativo sobre as crianças. Uma mãe disse referente ao filho “tudo nele é bom, é o filho que toda mãe queria” sic, outra mãe falou que não gosta “quando o filho joga as coisas no chão” sic.

A terceira questão solicitava que os pais dissessem o que o filho tem de parecido com eles. Entre as respostas, uma disse: “sou baixinha, ele vai ficar do meu tamanho, não é nada parecido com o pai” sic.

Para finalizar, a coordenadora perguntou aos pais como seria o ano seguinte – 2007.

Foram ouvidas respostas específicas, a saber: “voltar a estudar, talvez case” sic, esta mãe (adolescente) informou que o namorado quer assumir o filho dela e prometeu ajudá-la a sustentá-lo. Outras mães responderam: “trabalhar e deixar os filhos na creche” sic; “continuar me esforçando” sic, verbalizando querer ter os filhos de volta, por isso iria continuar fazendo a parte dela. Referente a esta resposta citada, é interessante dizer que, em muitas falas proferidas por mães e pais nas reuniões de grupo, pôde-se perceber, durante o período do estágio, que os pais, despolitizados das questões sociais, se culpabilizam pelo abrigamento dos filhos e, muitas vezes, consideram ser os únicos responsáveis pela situação vivenciada. Vale lembrar que entre esses há analfabetos e desempregados, então, há famílias com direitos violados; e a maioria delas verbaliza que a partir da aplicação da medida de proteção ocorreu o afastamento dos familiares, constatando-se, assim, que a falta de apoio é uma constante em suas vidas.

Acredita-se que os pais – por desconhecerem seus direitos, e não se reconhecerem e serem reconhecidos como sujeitos de direitos – não têm uma visão crítica. Em intervenções

realizadas pela estagiária, por meio das reuniões de grupo, foi dito aos pais que antes de violarem direitos dos filhos, como o direito à alimentação, à saúde, à educação, entre outros, o próprio Estado (o governo, os governantes, políticos) violou o direito deles ao trabalho, à alimentação, à saúde, à educação, ao respeito e à dignidade. Nestas intervenções os pais ouviam atentamente e não faziam nenhuma colocação.

De acordo com Sawaia (2002, p. 45), do ponto de vista social, essa situação pode ser evitada. Partindo dessa premissa, constata-se, com respaldo teórico, que os pais não são os responsáveis, pois se situam num âmbito mais amplo da sociedade que os condena ao fracasso e à miséria, e, trazendo para o tema, a família exaurida em sua função de proteger seus membros mais vulneráveis foi, primeiramente, abandonada pelas instâncias governamentais, e depois submetida a uma intervenção tardia do Estado. A realidade da institucionalização de crianças no Brasil é o retrato desse descaso governamental.

Giustina (s/d apud SALES, 2004, p. 221) complementa ao dizer que “[...] um dos impasses a serem superados é o de convivermos com uma cultura assistencial e repressora da miséria. Nossa infância ainda é vítima desse vício histórico-estrutural [...]”.

Outra mãe mencionou: “vou procurar não fazer as coisas erradas que fiz esse ano, tudo deu errado, perdi meus filhos, meu emprego, só falta perder a vida”⁸. Vale informar que esta mãe tem cinco filhos. Porém, com exceção do filho de dois anos, abrigado no Lar São Vicente de Paulo, todos residem com famílias substitutas⁹. Segundo a mãe, foram encaminhados para adoção por ela não possuir condições financeiras para sustentá-los, sendo que este mesmo fato foi o motivo do abrigamento do último filho.

Findos os depoimentos das mães, a reunião foi encerrada.

Esta última fala nos remete ao que determina o Estatuto em seu artigo 24, onde diz que “*a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder*”.

Nesta direção, outras determinações do ECA, já mencionadas neste trabalho, também têm sido desconsideradas, tais como a provisoriedade e a excepcionalidade da medida de proteção abrigo. (Estatuto, artigo VII, Parágrafo Único).

Souza (2006, 159) define como recalcitrantes algumas situações que se mostram acerca da não efetivação de determinados princípios do Estatuto. Ela pontua: “[...] continuasse a abrigar crianças por pobreza como nas políticas antecedentes, enquanto a Lei determina a assistência à família nesses casos”.

⁸ Esta mãe é HIV positivo.

⁹ Famílias adotivas.

3.4.5 Reunião nº 19

Dia 13 de dezembro de 2006 inicia-se mais uma reunião de grupo com os pais. Estavam presentes quatro mães, um pai, uma avó e a estagiária de Serviço Social.

Este encontro objetivou socializar aos pais alguns pontos do Estatuto, considerando a importância de se compreender o exposto no artigo 4º, onde diz que é dever da família, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos das crianças.

A estagiária que coordenou os trabalhos, ao dar início à reunião, perguntou aos pais como foi a semana.

Uma mãe verbalizou que “foi muito boa porque as crianças passaram o fim de semana em casa” sic. Vale esclarecer que esta família tem autorização do Juizado da Infância e da Juventude para levar os filhos para casa no fim de semana, porém, na semana anterior, esta permissão havia sido suspensa devido a várias ausências da mãe nas reuniões de grupo. A mãe deu explicações contraditórias ao justificar as faltas nas reuniões. O pai não participa porque trabalha no horário do grupo. Segundo o marido, nas últimas semanas a esposa havia saído de casa “misteriosamente” e só retornava bem mais tarde. Ele suspeita que ela esteja, novamente, consumindo droga. Porém, ele enfatizou que nos finais de semana, quando os filhos estão em casa, ela permanece na residência. Há meses a família tem permissão do Juizado para retirar as crianças do abrigo nos finais de semana, como forma de avaliar a possibilidade de uma futura reintegração familiar. A mãe faz tratamento para a dependência química.

O abrigo encaminhou a família para tratamento no CAPS-AD, entidade municipal. Questionada sobre o atendimento do dia 08 de dezembro, a mesma relatou que não pôde comparecer porque ficou sem condução, e que o marido, que a levaria, chegou em casa depois do horário agendado no CAPS-AD. A estagiária orientou a mãe a ligar para o Centro e agendar uma outra data, porque apenas o apoio do abrigo não é o suficiente para ela superar a dependência química, que teve início quando ela tinha 12 anos de idade.

Uma outra mãe disse que a filha (adolescente), que também tem um filho abrigado no Lar São Vicente de Paula, a ajudou no final de semana nos cuidados com as crianças, o que a deixou satisfeita, porque, segundo ela, geralmente aos fins de semana a filha sai de casa com o namorado, ficando o neto sob os seus cuidados. Esta mãe também tem autorização do

Juizado para levar a filha e o neto para casa. Verbalizou que está preocupada com as “saídas” do filho adolescente, já que alguns garotos de outra comunidade ameaçaram agredi-lo.

Uma mãe e um pai da mesma família informaram que precisarão sair da casa onde residem, que é alugada. De acordo com eles, o dono do imóvel solicitou a residência para utilidade própria. Estão procurando outra casa para morar.

Após ouvir os relatos dos participantes sobre a semana, a estagiária de Serviço Social introduziu o tema do dia com uma pergunta: qual de vocês já ouviu falar do ECA?

Foram dadas duas respostas, uma mãe disse que já tinha “ouvido falar” sic, mas não sabia explicar; e um pai definiu certo.

A coordenadora explicou, resumidamente, alguns pontos do Estatuto. Salientou que foi um grande marco – algo muito significativo em termos de lei. Informou que esta legislação colocou a criança na condição de sujeito de direito, logo, tem a devida importância.

Antes a criança era vista como alguém sujeita à vontade dos pais, cada pai e mãe educavam os filhos como queriam, e não aceitavam interferências. Muito se dizia: “eu educo o meu filho do jeito que quero... o filho é meu, ninguém tem que se meter”. Com a promulgação do Estatuto, a criança é vista como um cidadão, sujeito de direito como nós, adultos, e, por ser um ser em desenvolvimento, deve receber atenção integral. E, se alguém violar seus direitos, ela será submetida a mecanismos de proteção.

Após estas explicações a estagiária leu os artigos 4º. e 5º. da legislação mencionada.

Os pais atentamente ouviram o tema trabalhado.

O artigo 4º determina:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O artigo 5º outorga:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Ao término do assunto explanado, encerrou-se a reunião.

Faz-se algumas reflexões:

Mesmo com todo esse aparato legal, a criança tem sido prioridade absoluta como determina a lei? É possível proteger a infância sem proteger a família? Como a família pobre,

em situação de miserabilidade, pode dividir a responsabilidade com a sociedade e o Poder Público para assegurar, com absoluta prioridade, os direitos de seus filhos?

Carvalho (2000, p. 102) diz que, “sem dúvida, o Estado brasileiro precisa investir com urgência numa política social de qualidade e com objetivos de erradicação da miséria”.

Quais são os impasses para este investimento?

Silva (1999 apud BUARQUE, 1999, p. 134) diz que a pobreza inaceitável, aquela que compromete a vida, “não pode aguardar ‘prazos’ vinculados a metas econômicas, políticas ou burocráticas. O prazo para achar soluções para a pobreza é um prazo ético, que exige tratamento diferenciado de tudo o mais”.

O artigo 203 da Constituição Federal trata do direito à assistência, que “será prestada a quem dela necessitar [...]” e tem como um de seus objetivos proteger a família e a infância, consagrada pela LOAS em 1993, como política de assistência social. Porém, ela “tem sido negligenciada, não só como objetivo de interesse científico, mas como componente integral dos esquemas de proteção pública” (PEREIRA, 2002b, p. 217).

Pereira (2002b, p. 218) faz crítica à forma como a assistência tem sido praticada pelos governos “[...] como providência administrativa emergencial, de pronto atendimento, voltada tão-somente para reparar carências gritantes de pessoas que quedaram-se em estado de pobreza extrema”.

A política de assistência, quando atua somente de forma paliativa e compensatória, deixa de ser uma importante ferramenta para a prevenção de situações sintomáticas¹⁰, que vulnerabilizam a família e comprometem seu funcionamento.

Nesse sentido, se a política de assistência, efetivamente, protegesse a família e a infância, a institucionalização de criança, como medida de proteção, poderia ter mais chance de ser aplicada como determina a lei – de forma excepcional e provisória.

Deste modo, a assistência não tem se mostrado preventiva, nem protetora das famílias que não encontram respostas para os desafios postos numa sociedade marcadamente desigual como esta. E, enquanto isso proceder, a família fragilizada não poderá proporcionar segurança para seus membros mais vulneráveis – as crianças, ficando estes sujeitos distantes de prioridade absoluta e de proteção integral como determina a lei.

¹⁰ Expressão utilizada por Miotto (2000, p. 223).

3.4.6 Reunião de nº 22

A reunião teve início sob a coordenação da psicóloga e da estagiária de Serviço Social da instituição de abrigo, com a participação de quatro mães e dois pais, sendo que, destes, três chegaram minutos antes de encerrar os trabalhos, e um se retirou do grupo antes do seu término.

O objetivo deste encontro, em 17 de janeiro de 2007, foi avaliar o grupo a partir da perspectiva dos pais, para verificar se o mesmo tem sido uma ferramenta de fortalecimento para a família na busca pela reintegração dos filhos.

Dando início, a estagiária perguntou como foi a semana para eles.

Uma das mães, respondendo à pergunta, informou que foi a uma audiência judicial para prestar esclarecimentos sobre um incidente que havia acontecido há uns meses. Certa vez, o filho de 15 anos roubou um botijão de gás de uma das tias, e trocou por uma arma. A mãe acionou a polícia. Na ocasião, a mesma foi presa porque, segundo ela, os policiais acharam que a arma lhe pertencia. Ela destaca, em sua narrativa, a brutalidade da ação policial.

Esta mesma mãe relatou, também, um incidente que aconteceu na comunidade onde reside, no qual alguns adolescentes foram assassinados por uma gangue rival de outra localidade. Disse que foi convidada para o velório, que acontecia no mesmo dia da reunião, pois os jovens que faleceram são filhos de suas amigas, mas fez a opção de vir participar do grupo, “porque é importante não faltar” sic. Mostrou-se bastante aflita, pois todos os jovens da comunidade foram ameaçados de morte, inclusive o filho dela.

Isso nos remete ao que já foi dito por Sawaia (2002, p. 46): que há entre as famílias excluídas socialmente um “sofrimento da indignação moral”, que torna as pessoas impotentes para a liberdade e a felicidade, quer na forma de submissão, ódio ou fanatismo, que pode manifestar-se como rebelião e criminalidade na vida pública.

Através da fala, essa mãe manifestou insatisfação por morar numa área tão perigosa, verbalizando “não agüento mais viver no morro... tiroteio, brigas... não agüento mais isso!” sic.

Esta realidade mostra que as dificuldades dessas famílias não se limitam apenas às estratégias na obtenção de recursos materiais para garantir a subsistência, mas vai além, há

uma demanda emocional frente à condição estressante de violência que faz parte das suas rotinas de vida.

E, na ocasião do afastamento dos filhos do ambiente familiar, este sofrimento toma proporções maiores. Por esta razão é relevante a existência de um espaço para que os pais possam manifestar as aflições do abrigar.

A mesma mãe, que fez os relatos descritos anteriormente, disse que participa do grupo porque “gosta” e pode “desabafar”. Ela exclama: “ai se não tivesse esse apoio, não tivesse esse grupo eu abandonaria... eu abandonaria... não ia conseguir forças pra me alevantar sozinha, né?!” sic.

Outra participante verbalizou que “eu só não desanimo porque venho aqui, se ficasse em casa não conseguiria” sic. Esta mãe, que tem um filho de 06 anos no Lar São Vicente de Paulo e uma filha de 09 anos, abrigada em outra instituição, contou, emocionada, que a filha fez um desenho de um anjo e escreveu: “Deus me dê força”, desenhou também um coração com lágrimas. De acordo com relatos dessa filha outras meninas maiores forçaram-na a fumar e ameaçaram cortar seu cabelo enquanto estivesse dormindo. A mãe disse que isso a tem preocupado bastante, e que a filha pergunta pelo irmão de 06 anos constantemente.

A estagiária de Serviço Social informou à mãe que fará um contato com esta instituição de abrigo para promover o encontro dos irmãos.

Antes de finalizar a reunião, o grupo recebeu mais três pais, entre eles uma mãe. Esta informou que está procurando emprego, e está preocupada porque este mês receberá a última parcela do seguro desemprego. Ela e o marido iniciaram uma discussão calorosa, como há duas semanas.

Como o casal desorganizava a reunião com críticas e ofensas mútuas, foi convidado a se retirar caso não mudassem de postura e respeitassem os outros pais que estavam presentes. Um deles, atendendo à solicitação, se retirou.

Nesta reunião não foi possível, de forma mais precisa, alcançar o objetivo proposto, pois apenas duas mães estavam presentes quando foi lançada a pergunta avaliativa. Mas, apesar da pouca participação, e das interrupções devido ao conflito do casal, as mães presentes relataram suas angústias e preocupações, contemplando o propósito principal do grupo como espaço de escuta.

Avaliando as intervenções realizadas junto às famílias, por meio do grupo de mães e pais, num primeiro momento, foram restabelecidos os vínculos afetivos entre os pais e a criança.

No decorrer do processo, acontecimentos novos e outros desafios – relacionados à fatores internos e externos à dinâmica familiar – somaram-se as problemáticas já vivenciadas por estas famílias, vulnerabilizando-as ainda mais.

Porém, foi possível reintegrar uma criança ao seu ambiente familiar de origem. Acredita-se que o trabalho realizado junto a esta família, para fortalecê-la e dar-lhe o devido suporte sócio-terapêutico, foi condicionante para este resultado.

Nesse sentido, os esforços da equipe profissional do abrigo somaram-se, de forma articulada e conjunta, ao programa de apoio que, ainda, atende a família. Isso comprova o imprescindível estabelecimento de um plano de ações entre a entidade de abrigo e as redes oficiais de apoio na construção de estratégias que reabilitem a família para o retorno dos filhos em segurança.

Ana, a mãe da criança que voltou para casa, questionada sobre o apoio prestado pelo abrigo e as reuniões de grupo, disse: “se não fosse o abrigo aqui eu nem sei... eu nem sabia o que seria de mim... aqui, pelo menos, eu tive uma orientação, um tudo...!”

O rompimento dos vínculos afetivos, devido ao afastamento da criança, trouxe sofrimentos para a família. Mas, aos poucos, Ana conseguiu reorganizar sua vida, aprendeu alguns trabalhos manuais – que se transformaram em fonte de renda para a família – com alterações, inclusive, em sua aparência física, demonstrando que as intervenções sócio-terapêuticas contribuíram para o seu fortalecimento psicossocial. Isso aponta que a trajetória de vida dessas pessoas é permeada pela escassez de recursos materiais, sociais e, também, afetivos.

Antes do desabrigoamento, do filho de Ana, foi realizada uma aproximação com a criança, que consistiu em saídas – autorizadas pelo Juizado da Infância e da Juventude – para passar os finais de semana, ou um período maior de tempo, com a família.

Estas permissões também foram concedidas a mais três famílias. Mas, pelo surgimento de outros componentes de vulnerabilização no cotidiano destas, as permissões foram suspensas.

Não houve nenhum caso de destituição do pátrio-poder, mas alguns processos judiciais se encaminham para esta decisão. Dentre os entraves para a viabilização da

permanência na família, estão a dependência química da mãe e a carência de recursos materiais.

De todas as famílias estudadas, a de Ana pode ser considerada com o menor grau de vulnerabilidade – as condições de moradia são favoráveis e a mãe trabalha.

A família só poderá prover os recursos mínimos necessários ao bem-estar de seus membros se tiver condições para isso.

Mesmo diante da complexidade que envolve este tema, o trabalho interventivo junto aos pais mostrou possibilidades de iniciativas bem-sucedidas, chamando a atenção para a atribuição do abrigo de preservar os vínculos.

Vale lembrar que, mesmo diante dos limites institucionais, devem ser esgotados todos os recursos de manutenção na família de origem (Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 92).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras realizadas durante o processo de construção deste trabalho e o esforço de sistematização da experiência permitiram que várias reflexões e indagações fossem feitas.

A família pobre brasileira tem sofrido um processo histórico de exclusão social, marcado pela negação de sua cidadanização. Seus direitos sociais básicos – como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência – não têm sido efetivados, como determina a lei (CF, artigo 6º).

A realidade atual demonstra que a institucionalização de crianças no Brasil estabelece uma intrínseca relação com fatores estruturais, por potencializar situações que comprometem as possibilidades de uma família pobre zelar por seus membros – aqueles em situação peculiar de desenvolvimento – em especial, a criança. Desta forma, torna-se imperioso submetê-la à medida de proteção preconizada no Estatuto – abrigo em entidade (artigo 101, inciso VII).

Estas famílias, privadas de condições financeiras, sociais e emocionais para garantir suas necessidades básicas, têm falhado no desempenho de suas funções de proteção. Se o Estado, principal provedor social, desse à família a atenção devida – não de forma paliativa, residual e tardia – esta estaria habilitada a proporcionar o mínimo de segurança a seus filhos.

Mesmo considerando o necessário afastamento do infante do ambiente familiar, a medida de proteção abrigo – preconizado no Estatuto da Infância e da Juventude – tem imputado às crianças o rompimento de seus vínculos afetivos familiares, trazendo-lhes inúmeros prejuízos emocionais.

Tendo em mente que os abrigos são recursos provisórios, faz-se imprescindível, pois, um trabalho de fortalecimento do núcleo familiar para possibilitar o restabelecimento e reintegração da criança ao convívio da família e amenizar as conseqüências nefastas pela permanência prolongada nos abrigos (TAC)¹¹.

Nessa perspectiva, as ações sócio-terapêuticas e sócio-educativas desenvolvidas no Lar São Vicente de Paulo objetivaram tratar o sofrimento causado pelo rompimento dos vínculos, com o propósito de ampliar o fortalecimento psicossocial da família, com vistas a

¹¹ Anexo A.

promover o aceleração do processo de desabrigamento. O trabalho foi operacionalizado através de reuniões de grupo com os pais das crianças abrigadas.

Com o foco nas reuniões de grupo – pontuado como o principal instrumento de intervenção do abrigo junto às famílias, pela sua intervenção direta com os usuários – pode-se perceber a relevância deste trabalho para a melhoria da auto-estima e fortalecimento psicossocial dos pais, assim como é imprescindível um trabalho conjunto entre os integrantes que formam a rede social de apoio, por existir outras demandas da família fragilizada a serem atendidas antes do desabrigamento.

Os resultados da reunião de grupo atestam que é possível vislumbrar alternativas e possibilidades de reintegração familiar e, por meio destas, construir um trabalho para a promoção dos vínculos familiares e retorno à família. Mas, pode-se constatar também que, devido aos graus de vulnerabilidade de cada família, nem sempre é possível abreviar o tempo de permanência da criança na entidade de abrigo.

As seqüelas advindas da situação de abandono social, constatadas nestas famílias estudadas, interferiram na possibilidade de uma breve reintegração familiar – como determina o Estatuto. Isso remete a indagações acerca das possibilidades de intervenção do abrigo: Quais os impasses que inviabilizam a desinstitucionalização destas crianças? É possível cumprir a provisoriedade da medida de proteção?

Deve-se destacar que, por vezes, o grau de vulnerabilidade – advindo do processo de exclusão – é tão elevado que inexistem condições do abrigo e dos programas oficiais de apoio efetuarem uma intervenção para promover o retorno da criança à família de origem.

Desta forma, o abrigo não pode cumprir as determinações do Estatuto de ser um recurso provisório. Se estudarmos sobre a provisoriedade, veremos que os entraves para o seu cumprimento têm raízes estruturais.

Diante do que foi discutido e apresentado neste trabalho, pode-se pressupor que, enquanto a família não for uma prioridade política, a infância ficará desprotegida.

O número de crianças residindo em abrigo vem crescendo cada vez mais, como demonstram as pesquisas. Arrisca-se dizer que é uma “orfandade” consentida pelo próprio Estado, pois deriva de sua omissão.

Priorizar a família na agenda governamental é, sobretudo, “assegurar, com absoluta prioridade” (Estatuto, artigo 4º), os direitos da criança, entre eles o mais primordial ao seu desenvolvimento: o direito à convivência familiar e comunitária.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**. São Paulo: Cortez, 2002.

AGENCIA BRASIL. **Miséria atinge 33% da população brasileira**, abril de 2004. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2004/04/15/ult261u1536.jhtm> Acesso em 11.01.2007.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A., MATOS, M. C. e LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

ALVES, Emeli Silva. **Abrigamento de crianças e realidade familiar: a desmistificação do abandono**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Florianópolis: UFSC/2000.

AQUINO, Luseni M. C. A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora de abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: a experiência em nove municípios brasileiros. In: SILVA, Enid R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS - ABTH (Org.). **Trabalho Social com Famílias**. Série em defesa da convivência familiar. Rio de Janeiro: Book Link, 2002.

BAPTISTA, Naidison de Quintella. Metodologia de trabalho social com famílias. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

BECKER, Maria Josefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério do Bem Estar Social, 1993.

BUARQUE, Cristovam. **A segunda abolição**: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CABRAL, Cláudia. **Entrevista**, abril de 2003.

Disponível em <www.terradoshomens.org.br/img/documentos/2xxx> Acesso em 30.07.2006.

CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. **Irmãos em abrigo**: possibilidades e limites para o resgate do direito à convivência familiar e comunitária. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Florianópolis: UFSC/2005.

_____. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária. In: SILVA, Enid R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000.

_____. A priorização da família na agenda da política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

CARVALHO, M.; BARROS, R. P.; FRANCO, S. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

GUEIROS, D. A.; OLIVEIRA, R. C. S. **Direito à convivência familiar**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 81, ano XXV, março, 2005.

GUIMARÃES, Rosamélia F. **Famílias**: uma experiência em grupo. In: Serviço Social & Sociedade. nº 71, Cortez: São Paulo, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A., MATOS, M. C. e LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (org.) **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: UNICEF/Cortez, 1994.

LEAL, Maria Cristina. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como marcos inovadores de políticas sociais. *In*: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). **Política Social, família e juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Eliete Maria de. **A proteção social no âmbito da família**: um estudo sobre as famílias do bairro Monte Cristo em Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Florianópolis: UFSC/2006.

LIMA, Telma C. Sasso de. **A intervenção profissional do Serviço Social**: propondo o debate sobre ações sócio-educativas. *In*: Anais do IX ENPESS. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo temático 2.10. Processos sócio-assistenciais.

_____. **A profissional do Serviço Social no contexto da cidadania e dos direitos**: pensando as ações sócio-educativas. Departamento de Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/2003.

MELLO, S. G.; SILVA, R.A.S. Contextualizando o “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada”. *In*: **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

MENDES, A. Gomes; MATOS, M. Castro de. Uma agenda para os Conselhos Tutelares. *In*: SALES, M. A., MATOS, M. C. e LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **A dimensão técnica-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais em foco**: contribuições para o debate. Florianópolis: UFSC, 2006. (mimeo a publicar).

_____. Reconstruindo o processo: a construção de uma outra cartografia para a intervenção dos assistentes sociais com famílias. **Projeto de Pesquisa: UFSC/CSE/DSS**. Florianópolis, 2002.

_____. A intervenção dos assistentes sociais junto à famílias e a defesa dos direitos de

criança e adolescentes: a instrumentalidade do Serviço Social em questão. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS**. Rio de Janeiro: UERJ/CBAS, 2001a. CD-ROW.

_____. Novas propostas e velhos princípios: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. *In*: **FRONTERAS – Revista del Departameno de Trabajo Social** no. 4, Montevideo: Universidade de La República, 2001b.

_____. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. *In*: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4 - O trabalho do assistente social e as políticas sociais – Brasília: Unb, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

_____. Família e serviço social: contribuições para o desabrigo. *In*: **Serviço Social e Sociedade** nº 55. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. *In*: KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira a base de tudo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000.

OLIVEIRA, Siro Darlan de. O judiciário e a medida de abrigo no âmbito da proteção integral: a experiência do Rio de Janeiro. *In*: SILVA, Enid R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

_____. PEREIRA, Potyara A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. *In*: SALES, M. A., MATOS, M. C. e LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. Estado, Regulação Social e Controle Democrático. *In*: BRAVO, Maria I. S.; PEREIRA, Potyara A. P. (org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002b.

REORDENAMENTO DE ABRIGOS INFANTO JUVENIS DA CIDADE DE SÃO PAULO: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo. São Paulo: SAS, 2004.

SADER, Emir. **Lula II: certezas e interrogações**, janeiro de 2007. Disponível em http://agenciartamainor.uol.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=86 Acesso em 11.01.2007.

SALES, Apolinário Mione. **Política e direitos de crianças e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso**. In: SALES, M. A., MATOS, M. C. e LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SAWAIA, Bader B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Enid R. A. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In: SILVA, Enid R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, Enid R. A.; MELLO, S. G. e AQUINO, L. M. C. Os abrigos para crianças e adolescentes e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária. In: SILVA, Enid R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SOARES, Ana C. F.; OMENA, Silvaneide P. **A inserção do Serviço Social na área sóciojurídica**. In: Anais do IX ENPESS. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo temático 2.9. Espaços sócio-ocupacionais.

SOUZA, Marli Palma. **Políticas de proteção para a infância e adolescência: problematizando os abrigos**. Revista Sociedade em Debate, Pelotas: EDUCAT, v. 12, nº 1, jun/2006.

TORRES, Zélia. **A ação social dos grupos**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. 2003. Capital tem 119 crianças em abrigos. Disponível em <www.tj.sc.gov.br/resenha/0311/03112.htm> Acesso em 29.07.2006.

ANEXOS

ANEXO A



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 02/05/9ªPJIJTERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

CONSIDERANDO que o abrigo é medida protetiva excepcional e provisória, visando em um primeiro momento retirar a criança ou adolescente da situação de risco em que se encontra, de regra, decorrente de ações ou omissões dos pais ou responsável, que visa a recuperação posterior do vínculo familiar, ou, não sendo isto possível, a sua colocação em família substituta (artigos 92 e 101, parágrafo único, ambos do ECA);

CONSIDERANDO que se tratando o abrigo determinado pelo Conselho Tutelar, de medida protetiva de natureza administrativa que atinge o pleno exercício do Poder Familiar, nos termos do art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, obrigatoriamente, deverá a decisão tomada ser fundamentada, bem como deverão os pais ou responsável ser dela cientificados, inclusive de que a Justiça da Infância e da Juventude é o órgão competente para sua revisão (art. 137, ECA);

CONSIDERANDO que a entidade de abrigo, ao receber a criança ou adolescente em situação de risco, é competente para exercer a função de guardião, conforme artigos 33 e 92, parágrafo único, do ECA, inclusive para requerer a revisão da medida, a qual deverá ser fundamentada;

CONSIDERANDO que para evitar-se a permanência prolongada de criança ou adolescente nas entidades de abrigo e as consequências nefastas dela advindas, se faz necessário regulamentar o procedimento de abrigo, a partir de decisão adotada pelo Conselho Tutelar (Artigo 101, VII, do ECA);

CONSIDERANDO a experiência exitosa do Ministério Público de Criciúma, através do Termo de Integração Operacional efetivado entre as Promotorias Especializadas da Infância e da Juventude, Juizados da Infância e da Juventude, Coordenação dos Conselhos Tutelares e entidades de abrigo, ora utilizado como paradigma;

estabelecem entre si, a 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DA CAPITAL; os CONSELHOS TUTELARES DE FLORIANÓPOLIS; a SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

(INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 02/05/9ªPJIJ
Termo de Ajustamento de Conduta)

FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL; o PROGRAMA DE APOIO SÓCIO-FAMILIAR, o PROGRAMA SENTINELA, a CASA LAR AÇÃO SOCIAL MISSÃO; a CASA LAR SÃO JOÃO DA CRUZ; a CASA LAR NOSSA SENHORA DO CARMO; a SERTE – SOCIEDADE ESPÍRITA DE RECUPERAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO; o LAR RECANTO DO CARINHO, o LAR SÃO VINCENTE DE PAULO; a CASA LAR CRETINHA e o ABRIGO MUNICIPAL DE MENINOS; com a finalidade de regulamentar procedimento de abrigo, a partir da medida de proteção de abrigo aplicada pelo Conselho Tutelar (art. 101, VII, ECA) ou pela entidade abrigadora (art. 93, do ECA) e comprometem-se com o que segue:

1. O CONSELHO TUTELAR, aplicando medida de proteção de abrigo - que será adotada sempre em caráter excepcional e de urgência - fundamentará sua decisão e cientificará os pais ou responsável da medida aplicada e da possibilidade de ingresso de ação de revisão no Juizado da Infância e Juventude, nos termos dos artigos, 5º, inciso LV, da Constituição Federal e 137, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

2. O CONSELHO TUTELAR compromete-se a não promover o abrigamento de adolescentes em decorrência de conflito familiar, eis que em tais situações não se vislumbra o caráter de urgência e excepcionalidade previsto no art. 93, do ECA;

3. Quando o CONSELHO TUTELAR proceder abrigamento, deverá encaminhar à ENTIDADE DE ABRIGO, acompanhando a criança ou adolescente, Guia de Abrigamento, na qual constará síntese dos motivos da medida, dados da criança e dos pais e/ou responsáveis e o endereço destes; e, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão de nascimento ou carteira de identidade e carteira de saúde do abrigado.

3.1 HAVENDO REINCIDÊNCIA de abrigamento, tal circunstância, obrigatoriamente, deverá constar da guia de abrigamento, quando do conhecimento do membro do Conselho Tutelar.

3.2 O CONSELHO TUTELAR, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará ao Juízo da Infância e Juventude da Comarca da Capital, relatório sobre a motivação do abrigamento, informando qual o programa oficial em que a família do abrigado está inserida, bem como, cópia da certidão de nascimento ou carteira de identidade do abrigado, ou, em não sendo possível, informará quais as providências adotadas para sua localização.

4. A ENTIDADE DE ABRIGO, - que somente poderá abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade judiciária em caráter excepcional e de urgência (art. 93, do ECA) - comunicará ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao Juizado da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

(INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 02/05/9ªPJIJ
Termo de Ajustamento de Conduta)

Infância e da Juventude o ingresso da criança ou do adolescente no abrigo, em até o segundo dia útil do abrigamento.

5. A ENTIDADE DE ABRIGO, com a participação do programa que estiver atendendo a família da criança ou adolescente abrigado, seja o PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR, o PROGRAMA SENTINELA ou outro programa oficial e do CONSELHO TUTELAR, respeitada a obrigação prevista no art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecerá um plano de trabalho conjunto, para avaliar a viabilidade ou não da manutenção do vínculo familiar, bem como definir as providências e medidas necessárias a serem tomadas, agilizando os encaminhamentos para definição da situação familiar da criança e/ou adolescente, que deverá estar concluído no prazo de sessenta dias do abrigamento, prorrogável por igual prazo, por deliberação conjunta fundamentada.

5.1. Em casos excepcionais, quando os prazos acima estabelecidos forem insuficientes para se concluir pela viabilidade ou não da manutenção do vínculo familiar, será apresentado ao Juízo da Infância e Juventude e à 9ª Promotoria de Justiça, ambos da Comarca da Capital, relatório minucioso do caso, contendo a motivação da impossibilidade da conclusão referida.

6. Nos encaminhamentos de Criança e/ou Adolescente à entidade de Abrigo, deverá sua família estar obrigatoriamente inserida em programa oficial de atendimento e acompanhamento.

7. *NO CASO DE EVASÃO*, caberá ao dirigente da entidade, na condição de guardião, registrar Boletim de Ocorrência e comunicar no prazo de 24 horas, por escrito, ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Juizado da Infância e da Juventude, dizendo das medidas adotadas e, se necessário, requerendo a expedição de mandado de busca e apreensão.

8. Superado o problema que respaldou o abrigamento e sendo RESTABELECIDO O VÍNCULO FAMILIAR, o desligamento da criança ou do adolescente, do abrigo, será solicitado pelo Conselho Tutelar, Entidade de Abrigo ou Programas de Atendimento, ao Juízo da Infância e Juventude, nos autos de acompanhamento do abrigamento.

9. Se problema persistir, COM FRÁGIL EVOLUÇÃO DE POSSIBILIDADES NO VÍNCULO PARENTAL OU SEM POSSIBILIDADE DE REATAMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES, o CONSELHO TUTELAR, com base no plano de trabalho descrito no n. 5,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

(INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 02/05/9ªPJ/J
Termo de Ajustamento de Conduta)

oferecerá representação, para efeito das ações de perda ou suspensão do Poder Familiar (art. 136, XI, do ECA).

10. No caso do CONSELHO TUTELAR representar pela perda ou suspensão do Poder Familiar, ou outras medidas judiciais (anteriores ou posteriores ao abrigamento), ao MINISTÉRIO PÚBLICO, obrigatoriamente fará constar do relatório o histórico do caso, com identificação das partes, endereços completos, certidões de nascimento e/ou óbitos, indicação de testemunhas que possam ser ouvidas em juízo, com respectivos endereços, assim como juntará relatório do programa que atende a família.

10.1. Nos casos urgentes, em não sendo possível instruir a representação da forma supracitada, deverá o CONSELHO TUTELAR apresentar elementos suficientes para a propositura da ação e, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da representação, remeter as informações ou documentos faltantes.

10.2. Desnecessária será a apresentação das informações ou da documentação imediatamente citada, se estas já constarem dos autos judiciais de acompanhamento do abrigamento.

11. O CONSELHO TUTELAR representará ao Ministério Público, pela medida excepcional e extrema de busca e apreensão de criança ou adolescente em situação de risco, com vistas ao abrigamento, somente quando esta for necessária à efetivação da medida.

12. O MINISTÉRIO PÚBLICO, no prazo de 10 dias, verificada a necessidade, ingressará com ação de destituição ou suspensão do poder familiar e/ou outras medidas jurídicas que se mostrarem adequadas, e comunicará o ajuizamento da ação à Entidade de Abrigo e ao Conselho Tutelar.

13. Inexistindo interessados na guarda, tutela, adoção nacional ou internacional da criança ou adolescente, sendo caso de abrigamento prolongado, estes serão abrigados em casas lares ou, havendo programa e cadastro de interessados, colocados sob guarda subsidiária (art. 34, do ECA).

14. As ENTIDADES DE ABRIGO comprometem-se a manter prontuários de cada criança e/ou adolescente abrigado, do qual deverão constar, no mínimo, as seguintes informações e/ou documentos: 1) guia de abrigamento do Conselho Tutelar; 2) certidão de nascimento da criança e/ou adolescente; 3) avaliação médica, odontológica e psicológica, nos casos que houver necessidade; 4) cartão de vacina; 5) Relatório



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

(INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 02/05/9ªPJIJ
Termo de Ajustamento de Conduta)

Situacional; 6) boletins escolares ou avaliações das creches; 7) cópias das decisões judiciais referentes à criança e/ou adolescente.

15. Em se tratando de abrigo de grupo de irmãos, sempre que possível não haverá separação destes, respeitadas as características de cada entidade de abrigo (art. 92, V, do ECA).

16. A Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, representando o Município de Florianópolis, responsável legal pelo ABRIGO MUNICIPAL DE MENINOS compromete-se, no **prazo de 90 (noventa) dias** transferir suas instalações físicas para local adequado, nos moldes exigidos pelo ECA; e no **prazo de 150 (cento e cinquenta) dias** apresentar plano pedagógico e inscrição no CMDCA.

16. A entidade CASA LAR CRETINHA compromete-se, no **prazo de 90 (noventa) dias** apresentar plano pedagógico e inscrição no CMDCA.

Cada comprometente estimulará a tomada de providências necessárias em seus respectivos órgãos para o fiel cumprimento deste compromisso.

Este documento será referendado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Florianópolis, 25 de maio de 2006.

CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL
PROMOTORA DE JUSTIÇA

ROSIMERI BARTUCHESKI BERGER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE,
IDOSO, FAMÍLIA E DESENV. SOCIAL

WASHINGTON LUIZ DO VALLE PEREIRA
LAR SÃO VINCENTE DE PAULO

GUSTAVO BELLI
CASA LAR AÇÃO SOCIAL MISSÃO

HÉLIO DE ABREU FILHO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

(INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 02/05/9ªPJIJ
Termo de Ajustamento de Conduta)

SERTE – SOCIEDADE ESPÍRITA DE
RECUPERAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

HELENA EDÍLIA LIMA PIRES
LAR RECANTO DO CARINHO

MARIA TEREZA FLORINI
CASA LAR SÃO JOÃO DA CRUZ e
CASA LAR NOSSA SENHORA DO CARMO

JONAS RICARDO PIRES
CASA LAR CRETINHA

ANGELITA PEREIRA
ABRIGO MUNICIPAL DE MENINOS

EVANDRO LUIZ CARDOSO
CONSELHO TUTELAR – SETOR INSULAR

WELLINGTON DE SOUZA ALVES
CONSELHO TUTELAR – SETOR CONTINENTE

LEDA PERES DOS SANTOS
CONSELHO TUTELAR – SETOR NORTE

CRISTIANE ANTUNESS ESPINDOLA ZAPINELI
PROGRAMA SENTINELA

CLÁUDIA REGINA H. SILVA
POASF

Ad referendum: ALEXANDRA MÁRCIA FERREIRA OLIVEIRA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANEXO B

Que diferença faz a estação

Um homem tinha quatro filhos. Ele queria que seus filhos aprendessem a não julgar as coisas de modo apressado, por isso, ele mandou cada um em uma viagem, para observar uma Parreira que estava plantada em um distante local. O primeiro filho foi lá no Inverno, o segundo na Primavera, o terceiro no Verão, e o quarto e mais jovem, no Outono.

Quando todos eles partiram, e retornaram, ele os reuniu, e pediu que cada um descrevesse o que tinham visto. O primeiro filho disse que a árvore era feia, torta e retorcida.

O segundo filho disse que não, que ela era recoberta de botões verdes, e cheia de promessas.

O terceiro filho discordou; disse que ela estava coberta de flores, que tinham um cheiro tão doce e eram tão bonitas, que ele arriscaria dizer que eram a coisa mais graciosa que ele jamais tinha visto.

O último filho discordou de todos eles; ele disse que a árvore estava carregada e arqueada, cheia de frutas, vida e promessas...

O homem então explicou a seus filhos que todos eles estavam certos, porque eles haviam visto apenas uma estação da vida da árvore...

Ele falou que não se pode julgar uma árvore, ou uma pessoa, por apenas uma estação, e que a essência de quem eles são, e o prazer, a alegria e o amor que vêm daquela vida podem apenas ser medidos ao final, quando todas as estações estão completas.

Se você desistir quando for Inverno, você perderá a promessa da Primavera, a beleza de seu Verão, a expectativa do Outono.

Moral da História: Não permita que a dor de uma estação destrua a alegria de todas as outras. Não julgue a vida apenas por uma estação difícil.

Persevere através dos caminhos difíceis, e melhores tempos certamente virão de uma hora para a outra!!!

(autor desconhecido)

ANEXO C

A Vida

A vida é uma oportunidade, aproveita-a
A vida é beleza, admira-a
A vida é beatificação, saboreia-a
A vida é sonho, torne-o realidade
A vida é um desafio, enfrenta-o
A vida é um dever, cumpre-o
A vida é um jogo, joga-o
A vida é preciosa, cuida-a
A vida é riqueza, conserve-a
A vida é amor, goza-a
A vida é um mistério, desvenda-o
A vida é promessa, cumpra-a
A vida é tristeza, supere-a
A vida é um hino, canta-o
A vida é combate, aceita-o
A vida é uma tragédia, domina-a
A vida é aventura, afronta-a
A vida é felicidade, mereça-a
A vida é a vida, defenda-a

Madre Tereza de Calcutá

ANEXO D

Sequóia

Certa vez uma mulher visitou o Parque Nacional das Sequóias, no oeste dos Estados Unidos, e surpreendeu-se ao descobrir que as árvores de uma espécie de sequóia gigante não tinham nenhuma raiz principal que as segurasse em profundidade na terra.

Como é possível que essa árvore de copas tão altas e densas não caiam com ventos fortes? – perguntou ela.

O guia respondeu que elas cresciam bem juntas e que as raízes, embora ficassem próximas à superfície, entrelaçavam-se umas às outras.

Uma árvore sozinha poderia cair, mas interligadas no bosque, as árvores conseguem sustentar-se com firmeza.